

Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Arquitetura e Urbanismo

**Implantação de infra-estrutura habitacional
em comunidades tradicionais: o caso da
comunidade quilombola Kalunga**

Jônatas Nunes Barreto

**Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação
Mestrado em Arquitetura e urbanismo**

**Implantação de Infra-estrutura Habitacional
em Comunidades Tradicionais: o Caso da
Comunidade Quilombola Kalunga**

Jônatas Nunes Barreto

**Dissertação apresentada ao programa de
pesquisa e pós-graduação da Faculdade
de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de Brasília.**

**Orientador:
Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos**

**Brasília
2006**

Implantação de Infra-estrutura Habitacional em Comunidades Tradicionais: o Caso da Comunidade Quilombola Kalunga

Jônatas Nunes Barreto

**Dissertação apresentada ao programa de pesquisa e pós-graduação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (GEA-UnB) – Presidente

Prof. Dr. Benny Schvasberg (FAU UnB) – Membro

Prof. Dr. Neio Lúcio de Oliveira Campos (FAU UnB) - Membro

Prof. Dr. Jaime Gonçalves de Almeida (FAU UnB) - Suplente

Aprovado:

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos – Orientador

**Brasília
2006**

CIP – Brasil. Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação

B26 Barreto, Jônatas Nunes

Implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais : o caso da comunidade quilombola Kalunga / Jônatas Nunes Barreto. Brasília, 2006.

107 p. :il

Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Orientador: Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos.

1. Habitação rural. 2. Infra-estrutura. 3. Afrodescendentes. 4. Comunidade quilombola. 4. Kalunga (quilombo). 5. Aspectos sócio-culturais. I. título.

CDU: 728.6(817.3)-055.62(=96)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da comunidade Kalunga que de alguma forma contribuíram para a conclusão desse trabalho. E em especial, às lideranças da comunidade que agradeço em nome da Esther, do Tico e do Cirilo. Em nome de Dona Procópio e dona Lió, agradeço e peço a benção a todas as mulheres mais velhas da comunidade, detentoras da história oral dos Kalungas.

Agradeço à orientação do prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, também por ter acolhido com generosidade essa pesquisa e por disponibilizar os recursos acadêmicos do CIGA/UnB, sem os quais não seria possível a finalização deste trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. Jaime Gonçalves de Almeida, por disponibilizar os recursos acadêmicos do Cantoar-UnB e material de pesquisa sobre a comunidade Kalunga. Agradeço também a toda a equipe do Cantoar que sempre se dispuseram a me ajudar quando necessário.

Agradeço ao Prof. Aipore Rodrigues de Moraes e toda a equipe da Fubra-UnB, pelos materiais de pesquisa disponibilizados, e apoio às viagens de pesquisa de campo.

Agradeço aos amigos que ajudaram de alguma forma a concretizar essa pesquisa, em especial ao Milton do Nascimento, Bárbara Souza, Olga Maria, Marisa Perrone, Iaci Machado e Sandra Soares de Mello.

À minha mãe, dona Adail, mulher negra e batalhadora como as mulheres Kalungas, e a meus filhos Guido, Nina e João, fechando o círculo da ancestralidade.

RESUMO

A comunidade remanescente de quilombo Kalunga, localizada na região Centro-Oeste do Brasil, no estado de Goiás, possui uma população estimada em 4.000 habitantes. Distribuída em um território de mais de 250.000 hectares, é formada por descendentes de africanos escravizados, fugitivos das minas e garimpos de ouro, dos estados de Minas Gerais e Goiás nos séculos XVIII e XIX. Após permanecer às margens do sistema produtivo local até o final do século XX, a comunidade passa a ter interlocução com o estado nacional, a partir da promulgação da constituição de 1988, onde o poder público é instado a promover a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Isso fez com que órgãos dos governos federal, estadual e municipal, além de concessionárias de serviços públicos, iniciassem a implementação de ações voltadas para a melhoria da infra-estrutura habitacional da comunidade.

Desenvolvo nesse trabalho uma linha de pesquisa sobre o processo de implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais, tendo como enfoque a comunidade Kalunga. Para tanto, levanto os dados existentes referentes ao território, à tipologia habitacional e à sua infra-estrutura. Aponto para o fato de que a comunidade possui uma forma característica de habitar e interagir com os espaços que compõe seu território, que certamente teve um papel relevante na sua sobrevivência, e na manutenção de seus fazeres culturais. Apresento exemplos de projetos governamentais desenvolvidos para a implementação de infra-estrutura física nas habitações da comunidade. Sustento que toda implantação de projetos referentes a este tipo de infra-estrutura, em comunidades tradicionais negras, deve considerar as suas dimensões étnicas, suas manifestações sócio-culturais e referências espaciais tradicionais.

ABSTRACT

The remaining community of the Kalunga quilombo, which is located in the midwest of the state of Goiás in Brazil, has an estimated population of approximately 4000 inhabitants who are distributed throughout an area of over 250000 hectares. The 'Kalungas' are descendents of African slaves who were fugitives from gold mines in Minas Gerais during the 18th and 19th centuries. After having remained on the fringes of the local production system until the end of the 20th century, the community was able to begin a dialogue with the Federal Government due to the establishment of the constitution of 1988 in which public power is claimed to promote the entitlement of lands occupied by the remaining communities of 'quilombos'. This made the federal, state and local governments, along with public works concessionaries, initiate the implementation of actions revolving around bettering the habitational infrastructure in the community.

In this project, I carried out research of the process of the implementation of the habitational infrastructure in these traditional black communities, bringing into focus the Kalungas.. I collected existing data on land, habitation typology and its infrastructure. I point out the fact that the community has a characteristic way of inhabiting and interacting with the space within its territory which has certainly played a relevant role in their survival and in maintaining their cultural duties. I present examples of governmental projects aimed at the habitational infrastructure establishment in the community. I sustain that every implantation of habitational infrastructure projects in traditional black communities should take into consideration their ethnic dimensions, their social-cultural manifestations and their traditional space references.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	02
1. CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS	
1.1 O conceito de Quilombo.....	07
1.2 Identidade Étnica e a discussão sobre o conceito de Comunidade Tradicional.....	10
1.3 Conceituando Paisagem, Tipologia Habitacional e Infra-estrutura.....	12
1.4 A Metodologia utilizada.....	17
1.4.1 Levantamento de dados estatísticos, históricos e cartográficos.....	17
1.4.2 Trabalhos de campo.....	17
1.5 Um panorama sobre os quilombos no Brasil.....	23
2. A COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA	
2.1 Componentes históricos, econômicos e sócio-culturais.....	34
2.2 O sítio histórico Kalunga.....	47
3. DADOS SOBRE A INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL DA COMUNIDADE	
3.1 A tipologia e a infra-estrutura habitacional.....	61
3.2 Intervenções para implantação de infra-estrutura habitacional no sítio histórico.....	79
3.2.1 Construção e melhoria de habitações: o Cheque Moradia e a Ação Kalunga.....	80
3.2.2 Implantação de redes de energia elétrica, abastecimento e distribuição de água.....	94
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	98
4.1 Considerações para elaboração de um termo de referência para implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades quilombolas.....	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	105

“Na prática social, sistemas técnicos e sistemas políticos se confundem e é por meio das combinações então possíveis e da escolha dos momentos e lugares de seu uso que a história e a geografia se fazem e refazem continuamente.”

Milton Santos (SANTOS, 2000)

APRESENTAÇÃO

As comunidades quilombolas resistiram a quase quatro séculos de tentativas de extermínio. Formadas pelos africanos insurgidos contra o sistema escravocrata do Brasil colonial, hoje elas têm sido objetos de estudos antropológicos e históricos, sendo considerável o número de pesquisas sob esses enfoques. No entanto, são raras as pesquisas que têm como foco a forma de ocupação territorial, a tipologia de suas habitações, soluções construtivas e integração entre os espaços privativos e comuns destas comunidades negras. Atualmente inseridas no contexto das comunidades tradicionais como seringueiros, pescadores e agricultores, possui também, a exemplo das comunidades indígenas, identificação étnica entre seus indivíduos, o que é responsável pela perpetuação de suas heranças culturais.

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo analisar criticamente o processo de implantação de infra-estrutura habitacional em uma comunidade tradicional específica: a comunidade remanescente de quilombo Kalunga, no estado de Goiás. Apresento os pontos conflitantes dessa intervenção, e os eventos que trazem indícios de causarem impactos sócio-culturais relevantes na comunidade. A medida de relevância desses impactos é baseada em sua capacidade de alterar o convívio entre os membros dessa comunidade, seus fazeres culturais, e sua forma tradicional de apropriação dos espaços. Para evidenciar esses processos, tomo como base alguns projetos desenvolvidos e implantados pelos Governos Federal e Estadual em localidades do território Kalunga. Essas intervenções são realizadas direta e indiretamente pelos órgãos de governo, concessionárias de serviços públicos e agências executoras. São utilizados instrumentos de repasse de recursos públicos, tendo como objetivos a melhoria das condições de moradias unifamiliares, implantação de saneamento básico, além da execução de redes de abastecimento de água e energia elétrica.

O discurso constante nesses processos é de que a implantação dessa infra-estrutura, promoverá a melhoria da qualidade de vida dessa comunidade, criando condições de resgatar, a essa parcela da população, o direito básico à cidadania e aos serviços públicos, que historicamente lhe foram negados.

O desenvolvimento dessa dissertação se faz em quatro etapas distintas. Inicialmente, são apresentados os marcos históricos, apontados os principais conceitos que norteiam o

estudo, e as abordagens das fases que compõem a pesquisa e seus recursos metodológicos. No segundo Capítulo, são apresentados os estudos referentes aos componentes históricos e sócio-culturais da comunidade e à caracterização física do sítio histórico Kalunga. A seguir, no terceiro Capítulo, são descritos os elementos da organização espacial da comunidade e a sua possível relação com a ancestralidade africana. Também serão relacionadas as tipologias habitacionais existentes atualmente, desde as tradicionais até aquelas que apresentam alterações em seus elementos construtivos. Serão descritos os recentes processos de intervenção no sítio histórico Kalunga para a implantação de uma infra-estrutura habitacional convencional e suas implicações. Por final, são apontadas as conclusões básicas da pesquisa, e feitas as recomendações para resguardar a comunidade do impacto de futuras intervenções.

Característica relevante desta dissertação, é o fato de se estar criando uma linha de pesquisa inovadora. Não há intenção de se esgotar o tema, que pode evoluir para diversas direções, dependendo do cenário político das relações entre os agentes de governo e a comunidade através do tempo. Os dados apresentados têm como fontes os estudos antropológicos, dissertações de mestrado, textos e levantamentos realizados por pesquisadores no âmbito acadêmico e principalmente a observação direta realizada em trabalhos de campo entre os anos de 2003 e 2005. Foram realizadas nesse período 7 visitas à comunidade, geralmente em período de estiagem nas áreas de maior dificuldade de acesso ou, quando em estação chuvosa, nas áreas mais próximas às estradas oficiais. Foram feitos registros da tipologia habitacional e colhidos depoimentos de moradores. Efetuou-se também o acompanhamento de técnicos em levantamentos realizados por entidades acadêmicas, apresentação de projetos, e registro de obras de infra-estrutura habitacional em andamento.

Meu primeiro contato com a comunidade Kalunga, deu-se em 1988, através de encontro com suas lideranças comunitárias, em um seminário realizado em Brasília para se discutir a titulação das terras das comunidades remanescentes de quilombos. Esse seminário foi realizado pela Fundação Cultural Palmares - FCP, órgão do Ministério da Cultura encarregado, à época, de providenciar a titulação das terras dos quilombolas. Na ocasião eu prestava serviço como arquiteto, integrante da equipe que desenvolvia o projeto do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra.

No ano 2000. Durante o processo preparatório do Brasil para a Conferência Mundial da ONU de Combate ao racismo, coordenei a realização das pré-conferências nacionais, onde o tema titulação das terras de remanescentes de quilombo foi destaque recorrente em todas as regiões, com a presença de lideranças e representantes das comunidades quilombolas.

Algum tempo depois, já então como coordenador-geral da coordenação nacional de patrimônio cultural afro-brasileiro da FCP, fiz minha primeira visita à comunidade, onde estive nas localidades de Ema, no município de Terezina de Goiás, Riachão, no município de Monte Alegre, e Engenho II, no município de Cavalcante. Já nessa época chamou-me a atenção alguns detalhes peculiares de sua tipologia habitacional. Fiquei impressionado com a forma como as habitações se camuflavam dentro do território, onde não se viam aglomerações de residências, mas sim habitações espalhadas em uma grande área, fazendo com que fizessem parte da paisagem original, com mínimas intervenções visuais.

Ingressei no Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília em 2003, inicialmente como aluno especial, com a proposição de realização de pesquisa sobre os aspectos construtivos da tipologia habitacional da comunidade Kalunga.

Presenciei, na localidade de Engenho II. no território dos kalunga, o lançamento do projeto Ação Kalunga, numa parceria entre os governos Federal e Estadual. O evento teve a presença do Presidente da República, do Governador do Estado de Goiás, Prefeitos dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, Ministros de Estado, Presidentes, Diretores e representantes de órgãos dos governos Federal, Estadual e Municipal, além das lideranças comunitárias. Neste evento, foi iniciada a maior intervenção realizada pelo governo na comunidade, com o anúncio da construção de quatrocentas novas habitações e a realização de melhorias em mais oitocentas. Estava se configurando uma situação real que veio ao encontro dos meus objetivos iniciais de pesquisa.

Já como aluno efetivo de mestrado do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília, em 2004, fui convidado a fazer parte da equipe técnica da Fubra – Fundação Universitária de Brasília, ligada à Unb, para a elaboração do termo de referência para execução de melhoria habitacional na comunidade Kalunga, projeto do Ministério das Cidades executado através de repasses financeiros pela Caixa Econômica Federal. Tratava-se inicialmente de fazer um levantamento da tipologia

habitacional tradicional da comunidade, para que fosse possível reproduzir seus elementos principais, em projetos de habitações de baixo custo, utilizando tecnologia tradicional aliada a soluções tecnológicas alternativas, que pudessem melhorar o desempenho mecânico dos materiais locais. Durante as visitas realizadas nos trabalhos de campo, foi tomando forma um novo aspecto mais abrangente presente na pesquisa, que dizia respeito não somente à tecnologia utilizada nas habitações, mas a todo o conjunto de ações de implantação de infra-estrutura no território da comunidade, que estava em curso com a efetivação do programa Ação Kalunga. Assim, a pesquisa tomou a forma que se apresenta, onde é focado todo o processo de intervenção no sítio histórico Kalunga.

CAPÍTULO 1

CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS



1. CONCEITOS, PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

1.1 O Conceito de Quilombo

O Quilombo enquanto forma de organização e resistência, aconteceu em todos os locais da Diáspora Africana, promovida pela implantação de um sistema escravocrata em que os países da Europa usavam o africano escravizado como moeda de troca para adquirir produtos das colônias extrativistas. Apesar de toda a técnica utilizada pelos escravistas, para evitar a criação de condições propícias, os povos africanos e seus descendentes conseguiam se organizar e criar comunidades que resistiam ao sistema escravista implantado. O autor Clóvis Moura afirma que o quilombismo era fruto das contradições estruturais do sistema escravagista, utilizando o conceito de resistência, enfatizando-o como uma forma de organização política:

“Essas comunidades de ex-escravos organizavam-se de diversas formas e tinham proporções e duração muito diferentes. Havia pequenos quilombos, compostos de oito homens ou pouco mais; eram praticamente grupos armados. No recesso das matas, fugindo do cativeiro, muitas vezes eram recapturados pelos profissionais de caça aos fugitivos. Criou-se para isso uma profissão específica. em Cuba chamavam-se rancheadores; capitães do mato no Brasil; coromangee ranger, nas Guianas, todos usando táticas mais desumanas de captura e repressão. Em Cuba, por exemplo, os rancheadores tinham costume o uso de cães amestrados na caça aos escravos negros fugidos. Como podemos ver, a marronagem nos outros países ou a quilombagem no Brasil eram frutos das contradições estruturais dos sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos.” (MOURA, 1981)

A primeira definição oficial de quilombo, é feita pelo Conselho Ultramarino de Portugal, em 1740, como sendo:

“Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

A definição surgiu num momento histórico em que a situação nas colônias portuguesas, principalmente no Brasil do século XVIII, era de uma recrudescência do sistema escravocrata, com a construção de senzalas que se assemelhavam a presídios, para dificultar as constantes fugas para os quilombos.

Com a promulgação da Lei Áurea em 1888, só havia duas possibilidades para a população escravizada: fixar-se na periferia das cidades, opção adotada pela maioria dos escravos urbanos; ou se embrenhar na mata e procurar refúgio junto às comunidades quilombolas existentes, opção adotada pela maioria pertencente à área rural. Poucos eram aqueles que conseguiriam adquirir a própria terra, comprando com o trabalho realizado nos dias de domingo, na época de colheita. Houve também, principalmente na província do Maranhão, casos de abandono dos negros escravizados pelos seus senhores, que se organizaram em comunidades para garantir sua sobrevivência e resistência.

Como resultado, acabaram por se isolar em comunidades quilombolas distantes das cidades, até mesmo pelo temor de que a lei áurea viesse a ser revogada e que se retornasse ao sistema escravocrata. Esse distanciamento dessas comunidades, se por um lado fez com que fossem preservadas suas especificidades culturais, por outro também potencializou a política do abandono executada por parte do poder público, que teve como aliada a dificuldade de acesso físico, para justificar a ausência de investimento do Estado naquelas comunidades

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro reconhece a existência das comunidades remanescentes de quilombo e lhes assegura o direito à posse da terra, através do artigo 68 da ADCT: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”.

O conceito atual utilizado oficialmente pelo governo brasileiro para definir o que vem a ser remanescentes de quilombo é a definição da ABA (Associação Brasileira de Antropologia) surgida em 1994, que diz ser quilombo:

“Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado.”

Esta definição da ABA foi o resultado de um trabalho encomendado pelo Ministério Público para que legalmente se pudessem viabilizar a caracterização de remanescentes de quilombo para efeito de cumprimento do artigo 68 da ADCT.

Adoto nessa dissertação o conceito de quilombo como sendo uma forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações. O quilombo é considerado, sobretudo, um direito a ser reconhecido e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado. Estes conceitos estão contidos nas obras de Abdias do Nascimento, Clovis Moura, Kabengele Munanga, Ilka Boaventura Leite e Neusa Gusmão.

O termo “remanescentes” de quilombo, utilizado na constituição, e oficialmente pelos órgãos de governo, não é fiel ao estado de plenitude dessas comunidades hoje. Consultando o Dicionário Aurélio podemos ver a definição da palavra remanescente:

remanescente

[Do lat. remanescente.]

Adjetivo de dois gêneros.

1. Que remanesce; restante, remanente.

Substantivo masculino.

2. Aquilo que sobeja ou resta.

Em um sentido mais amplo, a presente pesquisa adota o termo “Comunidades Quilombolas”, utilizado como auto-denominação das comunidades presentes aos encontros promovidos pela Fundação Cultural Palmares do ministério da Cultura. O uso dessa denominação é legitimada por explicitar que as condições em que se encontram as comunidades “remanescentes” dos antigos quilombos hoje, não diferem muito daquela encontrada no período colonial. Ainda há o isolamento controlado dessas comunidades por parte dos detentores do poder, onde lhes é permitido, como no período colonial, realizar “trocas” com as cidades próximas mas não lhes são dados os direitos de cidadania que lhes é devido. Ainda há a luta de resistência diária para se manterem em suas terras, enfrentando posseiros e grandes fazendeiros. Ainda há os elementos da ancestralidade africana que permitiram a esses grupos resistir por tantos anos. Então vemos que essas comunidades não são apenas remanescências, restos dos antigos quilombos, mas trazem ainda presentes a maioria dos aspectos que deram causa à sua formação. Porém, devido ao seu uso já consagrado oficialmente, o termo “comunidade remanescente de quilombo” será usado

nesta dissertação em citações de autores e descrições de documentos oficiais que já o contemplem.

1.2 Identidade Étnica e a discussão sobre o conceito de Comunidade Tradicional

A população negra, desde sua inserção na sociedade brasileira, teve suprimido o seu caráter humano e sempre manteve o seu status de “não-brasileiro”. Na primeira Lei de Terras, em 1850, os africanos e seus descendentes eram classificados como “libertos”, e não brasileiros (LEITE, 1999), e o interesse científico sobre os afro-descendentes surgiu somente em 1900, com o início de pesquisas sobre esta população, impregnadas dos paradigmas coloniais e deterministas (BAIOCCHI, 1999).

A análise da identidade étnica consolida-se como essencial para a percepção global das populações negras quilombolas no Brasil, pois sua visão de mundo apóia-se sobre uma percepção de alteridade e consciência étnica significativa.

Neste contexto, a generalização das idéias de “democracia racial” brasileira e da miscigenação mítica da população teve papel importante, fortalecendo o processo de alienação racial e de determinismo aliado à dominação étnica. Para Freitas (apud JOÃO DE BARRO, 2000),

“No Brasil, usou-se a miscigenação como forma de acomodação étnico-cultural [. . .]. O comportamento do branco perante o não branco é mais liberal exatamente por isso. Os negros não constituem uma ameaça, como ocorre nos EUA. Lá se reconhecem os direitos institucionais dos negros, por isso eles conquistaram posições importantes dentro da sociedade” (JOÃO DE BARRO, 2000, p.10).

A miscigenação brasileira adquiriu o caráter de eliminação de culturas específicas, sendo considerada por Gilson da Silva, membro do Movimento Negro Unificado, como uma forma de extermínio de um povo, fazendo com que referenciais fossem perdidos e a cultura deixasse de ser passada para as novas gerações: “Durante a escravidão, foi feito de tudo para que os negros perdessem a sua identidade racial e a miscigenação é um desses métodos” (JOÃO DE BARRO, 2000, p.10).

Desse modo, a presente dissertação assume que em uma determinada comunidade quilombola, o conceito de identidade étnica está ligado ao sentido de pertencimento ao grupo, à ancestralidade e aos valores transmitidos de forma oral, que são responsáveis pela manutenção e sobrevivência cultural da comunidade.

As comunidades tradicionais no Brasil, segundo informação do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, são identificadas como grupos de indivíduos com origem, ocupação e vínculo histórico em uma determinada região, com identidade cultural reconhecida pela comunidade e domínio de técnicas de produção específicas desenvolvidas no ecossistema dessa região. O MDA através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, instituiu um programa que tem como meta realizar o assentamento, demarcação e resolver a titularidade das terras, se for o caso, em 65 dessas comunidades em todo o território nacional.

O crescente interesse de órgãos de governo e outras entidades nacionais e internacionais em promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, fez com que o Governo Federal editasse o decreto de 27 de dezembro de 2004, criando a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, com a finalidade de estabelecer a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para essas Comunidades e propor as ações de políticas públicas para a sua implementação, considerando as dimensões sociais e econômicas e assegurando o uso sustentável dos recursos naturais.

Porém, fora da esfera governamental, observa-se que o conceito de comunidade tradicional não é ainda claramente definido. Mesmo em órgãos de governo que tem como missão a promoção de políticas públicas para comunidades tradicionais, observa-se um esforço para uma conceituação abrangente, que inclua também a visão das comunidades. Exemplo disso, foi a realização, na cidade de Luziânia em Goiás, próximo a Brasília, do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais – Pautas para Políticas Públicas, com a finalidade de promover discussões conceituais sobre o que são as Comunidades Tradicionais, consultar os representantes destas comunidades acerca de suas demandas, identificar os entraves no acesso aos programas e ações de Governo existentes.

Verifica-se desta forma, que o conceito de comunidade tradicional é um conceito ainda em construção. Dentre essas comunidades, muitas situam-se em áreas protegidas pelo

governo, quer seja por sua riqueza natural, caso dos parques nacionais e reservas indígenas, quer seja por sua relevância histórica e cultural, como é o caso dos territórios das comunidades remanescentes de quilombo, áreas protegidas pelo artigo 68 da ADCT da Constituição Federal de 1988 . A prof. Sônia Rabello em seu livro “ O Estado na Preservação de Bens Culturais” pg.8, afirma:

“Podemos verificar(...) que há uma grande diversidade de formas jurídicas assemelhadas que(...) acabam por proteger o bem cultural direta ou indiretamente. O tombamento é apenas uma dessas formas legais.”(Castro, 1991)

As comunidades tradicionais que ocupam sítios históricos protegidos no Brasil, são basicamente divididas em três categorias distintas: As comunidades rurais formadas por pequenos agricultores ou extrativistas, como é o caso das comunidades de seringueiros na região amazônica; as comunidades indígenas, ocupantes das reservas sob a proteção da FUNAI; e as comunidades remanescentes de quilombo.

Mesmo com a discussão conceitual ainda indefinida, observamos que há uma unanimidade em se considerar as comunidades remanescentes de quilombo incluídas no conceito de comunidade tradicional. Assim sendo, esta pesquisa assume que a comunidade quilombola Kalunga enquadra-se no conceito de comunidade tradicional para todos os efeitos.

1.3 Conceituando Paisagem, Tipologia Habitacional e Infra-estrutura Habitacional

A construção do conceito de paisagem, passa não somente pela apreciação bucólica que a palavra sugere, mas também pelo sentido de espaço arquitetônico. É também o espaço de manifestação de uma determinada cultura social. Referindo-se a diferentes situações de intervenção humana, como uma vila ou um campo cultivado, o prof. Milton Santos afirma que:

“Tudo isto são paisagens, formas mais ou menos duráveis. O seu traço comum é ser a combinação de objetos naturais e fabricados, isto é, ser o resultado da acumulação de muitas gerações” (SANTOS, 1985).

O autor coloca aqui um conceito que nos remete à idéia do resultado da intervenção humana em um determinado sítio durante gerações sucessivas. Poderíamos então presumir que a paisagem de uma comunidade quilombola seria o resultado da intervenção realizada, a combinação de objetos naturais e fabricados pela comunidade durante gerações.

Outras definições de paisagem reforçam essa idéia, como o da prof. Miranda M. Magnoli que afirma:

“A paisagem pode ser definida como o suporte físico no qual se estrutura a sociedade”(MAGNOLI, 1983).

Podemos notar que há uma interação da paisagem com os elementos físicos e que a compõem, resultante de um processo social que se desenvolveu durante um certo tempo e em uma situação específica.

Os conceitos acima colocados referem-se à paisagem urbana, por tratarem-se de estudos urbanísticos. Dentro deste raciocínio, podemos inferir que a paisagem de um território quilombola seria uma “paisagem territorial”, onde os elementos introduzidos pelo homem no território, somando-se aos acidentes geográficos, formam um todo, em uma escala mais abrangente que a escala urbana. Esse conceito permeia a idéia de paisagem utilizada nessa dissertação.

Mas há também um elemento morfológico que deve ser colocado. É o estudo, ou a análise da forma como se apresenta a paisagem. A profa. M. Magnoli afirma que:

“Essa morfologia é a resultante da interação entre a lógica própria dos processos de suporte (sistema geológico e climático) e a lógica própria dos processos sociais e culturais”(MAGNOLI, 1983).

Temos aí agora o viés sócio-cultural inserido no contexto físico, no suporte físico, o que nos remete a uma idéia de percepção do espaço diferenciada para uma comunidade que possua um padrão sócio-cultural diferenciado. Dentro dessa perspectiva podemos afirmar que uma comunidade quilombola, possuidora de uma cultura diferenciada etnicamente, pode ter uma percepção diferenciada da paisagem de seu território, em relação à cultura urbana dominante.

De fato, numa definição do que seja paisagem, Garreto Eckbo afirma que é *“O mundo em torno de nós, que inclui tudo que nós vemos ou sentimos, seja onde estivermos”*(ECKBO, FAUUSP). É com esse olhar sobre a percepção do homem sobre seu

habitat, que construo o conceito de percepção espacial do território quilombola pelos próprios quilombolas. Onde o sujeito é ao mesmo tempo quem modifica o espaço através de seus fazeres culturais, e quem se adapta ao espaço físico definido pelos condicionantes geomorfológicos do território.

O Termo Tipologia Habitacional, usado largamente na bibliografia sobre arquitetura residencial, notadamente no que concerne à habitação popular no Brasil, tem seu conceito ligado ao sentido de tipo. Segundo Argan, tipo é uma abstração resultante da observação e comparação de edificações que apresentem semelhanças formais e funcionais, e afirma que:

[. . .] quando um tipo se fixa na prática ou na teoria arquitetônicas ele já existe, numa determinada condição histórica da cultura, como resposta a um conjunto de exigências ideológicas, religiosas ou práticas (ARGAN, 2000, p.66).

Assim, as exigências práticas, religiosas, ideológicas e, num sentido amplo, sócio-culturais, têm a força de determinar o tipo, ou seja, a tipologia habitacional de uma determinada comunidade. Podemos inferir que uma questão prática dos quilombolas durante séculos de perseguição, era manterem-se camuflados e inacessíveis aos capitães do mato da aristocracia colonial, às incursões militares patrocinadas pelo estado, e aos mercenários mercadores do sistema escravocrata.

Usado também para designar a forma-base dos edifícios, o termo tipologia também se refere à estrutura interna da forma, o que implica em infinitas variantes formais. Segundo Martinez, a tipologia como um conhecimento arquitetônico, articula-se em planos diversificados, desde os gerais, transmitidos pela história e teoria da arquitetura, até os mais locais, resultantes de investigação direta e permanente sobre o patrimônio arquitetônico de cada lugar e sobre sua evolução, e ainda afirma que o termo tipologia:

“Em um extremo assimila-se tipo a uma figura geométrica ou referência geral, tornando o sentido extremamente vago. Em outro, chega-se a falar de diferentes tipologias de apartamentos para aludir a uma pequena variedade de plantas, as quais só diferem entre si no número de dormitórios, sem alteração nas normas de distribuição” (MARTINEZ, 2000)

Assim, tipologia habitacional pode ser entendida em vários níveis, desde o nível mais detalhado, do interior da edificação, passando pelo o edifício como um todo e

chegando ao seu entorno, sua área de influência imediata, onde acontecem os fazeres inerentes à sua maneira de habitar. Essa tipologia é determinada por condicionantes do espaço físico, e pelas necessidades e exigências sócio-culturais de uma determinada comunidade.

Isso implica dizer que a condicionante sócio-cultural de uma tipologia habitacional quilombola era sua resistência ao sistema escravocrata, aliada à necessidade de manutenção do grupo para sua sobrevivência. E é nesse aspecto que se firma a identidade étnica e cultural da comunidade. E é sob esse foco que é construído o conceito de tipologia habitacional na comunidade Kalunga nessa pesquisa.

O termo infra-estrutura é assim definido pelo dicionário Houaiss:

Infra-estrutura

- 1. Suporte, geralmente invisível, que é base indispensável à edificação, à manutenção ou ao funcionamento de uma estrutura.*
- 2. sistema de serviços públicos de uma cidade.*

De fato o termo infra-estrutura habitacional é utilizado em arquitetura e urbanismo para designar a estrutura de suporte à habitação nos aglomerados urbanos. Daí a definição como sistemas de serviços públicos, já que cabe ao poder público a implantação e manutenção de serviços de estrutura básica habitacional, desde a abertura de ruas até as redes de abastecimento de água, coleta de esgotos, fornecimento de energia elétrica, coleta de lixo e outros.

De forma mais abrangente, o governo brasileiro define Infra-estrutura como sendo:

“(,,,) o conjunto de obras públicas ou privadas, como sistemas de transportes, energia, telecomunicações, urbanização, etc., a serem implantadas numa localidade ou região, com objetivo de oferecer à população local ou a Empresas, condições de pleno desenvolvimento sócio-econômico”
[\(\[www.gov.br/infraestrutura\]\(http://www.gov.br/infraestrutura\)\)](http://www.gov.br/infraestrutura).

Na apresentação de seu livro intitulado Infra-estrutura habitacional alternativa, o engenheiro Juan Luis Mascaro afirma:

“ Muitos são os livros dedicados a cada uma das redes de infra-estrutura urbana e habitacional. Poucos trazem considerações sobre outras tecnologias possíveis, além das tradicionais, para concretizar sua execução. Geralmente seguem normas internacionais que correspondem a realidades sócio-econômicas, ambientais e culturais quase sempre muito diferentes das nossa.,”(MASCARÓ, 1991)

Aqui o autor denomina redes de infra-estrutura, as redes de distribuição de água e energia, rede de coleta e tratamento de esgotos e outras. A idéia de rede é aplicável à maioria dos serviços de infra-estrutura, justamente porque não há um serviço único para cada habitação, mas sim um mesmo serviço que é distribuído igualmente a um número determinado de habitações.

Na presente pesquisa, o conceito de infra-estrutura habitacional é empregado no sentido clássico, seguindo a definição governamental enquanto serviços públicos, devido ao foco da pesquisa ser justamente a implantação de infra-estrutura habitacional pelos órgãos públicos. No entanto, ressalta-se também o caráter comunitário e ancestral da infra-estrutura habitacional quilombola. A infra-estrutura criada pelos habitantes da comunidade e que propiciou a sobrevivência do grupo durante séculos.

O que é defendido nesta dissertação, é que haja estudos que indiquem uma tecnologia apropriada de implantação de infra-estrutura habitacional, levando em conta a forma de uso do espaço pela comunidade, sua distribuição no território, sua tipologia habitacional e também a preservação de sua paisagem tradicional. Mascaro afirma que:

“(...) para que seja possível atingir o objetivo desejado, deve-se ter presente o fato de que a infra-estrutura urbana é um sistema integrado com as edificações; sistema que não é estático, mas evolutivo através do tempo, Quando compreendidas essas características, é possível escolher a tecnologia que mais se adequa para a construção das redes, inclusive

progressivamente(...)Para implantar redes de infra-estrutura alternativas, deve-se contar com tecnologias que usam materiais locais, abundantes na região.”(MASCARÓ, 1991, pg 22)

1.4 A Metodologia Utilizada

1.4.1 Levantamento de Dados Estatísticos, Históricos e Cartográficos

- Levantamento de estudos correlatos já realizados no âmbito das instituições do Governo Federal Brasileiro e dos Governos Estaduais e Municipais e outras instituições, sobre tecnologia da habitação em comunidades tradicionais e sistematização das informações colhidas;
- Pesquisa e levantamento sobre cultura negra, seus padrões e suas contribuições em outras partes do mundo através da diáspora;

Foi realizada pesquisa na Biblioteca Central da Universidade de Brasília, Biblioteca da Fundação Cultural Palmares, Biblioteca do Departamento de Arquitetura da UnB, além de acervos particulares. Foi consultada a obra 500 anos de bibliografia sobre o negro no Brasil, do Professor Kabenguele Munanga, da Universidade de São Paulo. Foram levantadas várias dissertações de mestrado e teses de doutorado através dos sítios das universidades Federais na Internet, e em especial foi consultada a dissertação de mestrado de Danielli Jatobá, do programa de Pós graduação em Antropologia Social da UnB. Foram pesquisados os trabalhos desenvolvidos na área de educação pelo MEC- Ministério da Educação, dados da Fundação Cultural Pamares do Ministério da Cultura e dados de levantamentos realizados por técnicos da UnB - Universidade de Brasília através da FUBRA – Fundação Universitária de Brasília, órgão de extensão e Pesquisa, em parceria com o CIGA - Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica e o Cantoar-Canteiro Oficina de Arquitetura, entidades ligadas à UnB, para o Ministério das Cidades e para a Secretaria Especial de Promoção de Políticas para a Igualdade Racial – SEPPIR,.

1.4.2 Trabalhos de Campo

- Pesquisa sobre a formação do território da comunidade, elementos culturais e condicionantes que interagiram para sua manutenção;
- Registro fotográfico das habitações e seu entorno, enquanto elementos componentes da paisagem e suas relações com a cultura da comunidade e suas necessidades.
- Entrevista com moradores locais detentores dos conhecimentos tradicionais da comunidade.

Foram realizadas viagens de pesquisa de campo, percorrendo os três municípios, nas localidades de Riachão, tinguizal, Barra, saco, Diadema e Bom Jardim, no Vão da Contenda – município de Monte alegre; limoeiro, Ema e Sucuri, no vão de Almas – município de Teresina de Goiás; Engenho II, Capela, Maiadinha e Taboca, no vão do moleque – município de Cavalcante.

Empreendi várias viagens à comunidade, enquanto funcionário da Fundação Cultural Palmares. Essas viagens tinham como objetivo verificar a implantação de escolas pelo Ministério da Educação e realizar reuniões com lideranças da comunidade para tratar da emissão do título de posse das terras e implantação de projeto de agricultura familiar. Participei também de levantamento para instrução de processo de pedido de tombamento, ao Iphan, para salvamento de cemitério no território Kalunga cuja área estava sendo invadida por posseiros. Tratei diversas vezes com lideranças comunitárias para a realização das festas da comunidade, que tinham o patrocínio da Fundação Cultural Palmares, para tratar da doação de veículos para comunidade e de questões ligadas à valorização das manifestações culturais dos Kalungas.

Considero que a primeira viagem direcionada especificamente para essa pesquisa, ocorreu em outubro de 2003, quando realizei os primeiros registros fotográficos referentes à diversidade de tipologias habitacionais existentes, testemunhando a construção de casas em adobe pelos próprios quilombolas. Nesse trabalho de campo me deparei pela primeira vês com as habitações que estavam sendo reformadas com o uso do cheque moradia, programa do governo do Estado de Goiás, nas localidades de Ema e limoeiro, no município de Terezina de Goiás.

Em minha segunda viagem de trabalho de campo, em março de 2004, para levantamento de tipologias habitacionais na localidade de engenho II no município de

Cavalcante, acompanhado por técnicos da Fubra, presenciei a visita do Presidente da República à comunidade, com o lançamento do programa Ação Kalunga, em solenidade onde estavam presentes: a ministra da SEPPIR-Secretaria Especial de Promoção de Políticas Públicas para a Igualdade Racial, o Ministro das cidades, o presidente da Fundação Cultural Palmares, o governador do Estado de Goiás, o presidente da Caixa Econômica Federal, os prefeitos dos três municípios onde está localizado o território da comunidade e técnicos de empresas concessionárias de água e energia elétrica. Na oportunidade, foram expostas as metas do programa.

O terceiro trabalho de campo ocorreu em abril de 2004, quando uma comitiva composta por técnicos da Fubra, Funasa e Ministério das Cidades, fez a apresentação do projeto de melhorias habitacionais na comunidade, através de maquete sólida do projeto de habitação unifamiliar a ser construída. Foi realizada uma série de reuniões durante quatro dias, nos municípios de Teresina de Goiás e Monte Alegre, abrangendo as localidades de Ema, Limoeiro, Tinguizal e Diadema.

O quarto trabalho de campo deu-se em maio de 2004, acompanhando também os técnicos da Fubra, Funasa e Ministério das cidades, para apresentação do projeto de melhorias habitacionais na comunidade, através de maquete sólida do projeto de habitação unifamiliar a ser construída. Foi realizada uma série de reuniões durante quatro dias, nas localidades de Engenho II, Capela e Maiadinha, no Vão do Moleque, município de Cavalcante.

Em minha quinta viagem, em junho de 2004, acompanhei os técnicos da Fubra e do Ministério das Cidades, encarregados de iniciar a instalação do canteiro de obras para início das primeiras casas de adobe, na localidade de Limoeiro, no município de Terezina de Goiás. Foi durante esse trabalho de campo que iniciei a coleta de materiais usados pela comunidade para fabricação de suas casas, principalmente o tijolo de adobe. Presenciei nessa oportunidade, a formação de uma equipe destinada a implantar o canteiro-escola, que fazia parte do projeto à época, destinado a dar formação aos quilombolas para participarem da construção de suas casas e ao mesmo tempo trocar experiências da fabricação do adobe com os mestres-de-obra da comunidade. Presenciei ainda a abertura das valas para as fundações das primeiras casas e a fabricação das primeiras peças de tijolo de adobe como protótipo para testes.

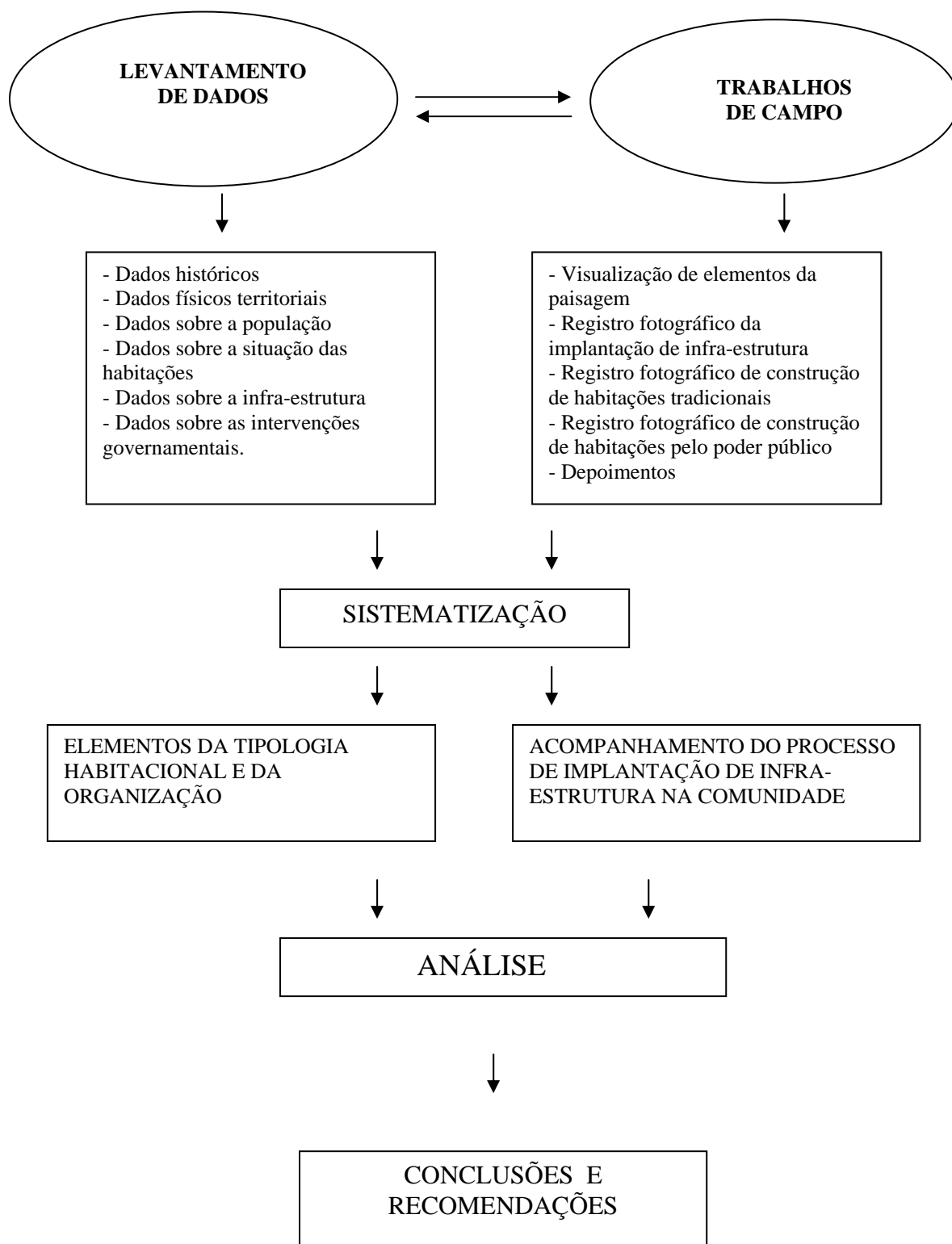
A sexta viagem de trabalho em campo foi realizada em julho de 2004. Visitei as obras de construção das cinco primeiras casas de adobe na localidade de Limoeiro. Presenciei a visita técnica de fiscalização de técnico da Caixa Econômica Federal às obras, que se encontravam em estágio de colocação do telhado em duas das casas e levantamento de alvenaria das outras três, realizei levantamento de tipologias residenciais e coleta de tijolos de adobe em casas que estavam sendo construídas por moradores quilombolas nas localidades de Prata, Capela e maiadinha, no 1.4.1 Levantamento de Dados Estatísticos, Históricos e Cartográficos Vão do Moleque, no município de Cavalcante.

A sétima viagem de trabalho de campo ocorreu em setembro de 2004. Acompanhei a visita de técnicos da Fubra responsáveis pelo mapeamento geográfico da região. Foi empreendida viagem a grande parte do território, nos municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante. Foram colhidas amostras de adobe das diferentes localidades e realizado registro fotográfico de tipologias habitacionais. Presenciei a instalação de postes e rede de energia elétrica na localidade de engenho II e, pela primeira vez, me deparei com a problemática da implantação de infra-estrutura de grande porte no território Kalunga. Notei que o traçado da distribuição da rede elétrica, desconsiderava os caminhos tradicionais feitos pela comunidade, e que ao abrir novas picadas para a colocação dos postes, a empresa de energia estava direcionando o vetor de crescimento e ocupação da área, criando ruas com a passagem de um pesado caminhão com guindaste.

A oitava e última viagem de pesquisa de campo, foi realizada somente em julho de 2005. Foi visitada grande parte do território, nos municípios de Terezina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante. As casas de adobe da localidade de limoeiro, estavam acabadas e ocupadas. Conversei com os novos moradores e realizei levantamento fotográfico. Notei que foram adicionadas estruturas de madeira, que não estavam previstas no projeto, nos cantos das casas. Verifiquei que foi instalada rede de distribuição de energia elétrica na localidade de Ema, e presenciei a colocação de postes nas últimas casas mais afastadas da localidade. Em visita ao Vão do Moleque, presenciei a construção das casas que utilizam alvenaria de solo-cimento, algumas já estavam prontas, porém ainda não habitadas. Um dos futuros moradores me levou para ver a sua casa nova. Notei também que houve mudanças internas no projeto, com a retirada do fogão a lenha da sala e construção de uma parede baixa, formando um espaço que se poderia considerar uma copa. Visitei a estrutura

montada para o canteiro de obras de fabricação dos tijolos de solo-cimento. Notei que a matéria prima, a terra, vinha em caminhões provenientes de outra localidade, o que explicava também as valas abertas pelos pneus dos caminhões pesados nas estradas. Deparei-me com valas abertas para instalação de rede de abastecimento de água, que já se transformavam em grandes erosões sem, no entanto, haver nenhum movimento de trabalho, ou seja, as obras estavam paralisadas. Foi nessa última viagem que percebi os indícios de alteração na paisagem promovidos pela implantação da infra-estrutura habitacional no território Kalunga. Ao visitar novamente a localidade de Engenho II, notei ao longe, ao chegar, que se destacavam na paisagem os postes de concreto fincados nos morros, e ao me aproximar constatei que estavam sendo construídas novas habitações seguindo o traçado adotado pelos técnicos na instalação da rede. As novas casas, dos filhos dos quilombolas que se casam, que geralmente eram construídas perto das casas dos pais, agora eram levantadas próximas à rede elétrica, onde já havia uma rua aberta pelo caminhão durante a instalação dos postes.

Estruturas dos Processos Metodológicos (Fig. 01)



1.5 Um panorama sobre os quilombos no Brasil

Estima-se que mais de 10.000.000 (dez milhões) de africanos foram escravizados pelo sistema colonial. Destes, aproximadamente 4.000.000 (quatro milhões) aportaram no Brasil entre 1530 e 1850 (Alencastro, 2000). Através da chamada economia de *plantation*, o escravismo se dissemina por todas as áreas da vida econômica do Brasil colônia. Foram trazidos para constituir a formação do território brasileiro seres humanos dos tipos: Mina, Congos, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças. Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre muitos outros (fig. 2).

Os trabalhadores escravizados não só plantavam e colhiam, mas também participavam do desenvolvimento de técnicas e profissões exigidas para a prosperidade e o dinamismo dos engenhos de cana de açúcar. Destaca-se o alto nível de domínio de tecnologias (na cultura da terra, na extração mineral, na siderurgia e outras) trazida pelos escravos para a economia colonial.

A organização em unidades complexas era uma característica da agroindústria de exploração colonial, mas a escravização não se dava somente nas grandes fazendas, mas em todos os níveis econômicos (Alencastro, 2000), como explicitado abaixo:

A - Nas minas extrativistas - constatava-se uma presença mais visível do Estado (através de leis etc); o caráter temporário das condições de extração de minérios e a veracidade da metrópole gerava a necessidade de expirá-las com rapidez, sendo a mão-de-obra dos escravizados usada de modo bárbaro e até a completa exaustão;

B - sertão do gado - menor densidade de trabalhadores escravos, maior pobreza e condições mais duras;

C - escravos urbanos - tinham maior liberdade de movimento, numa sociedade mais variada que a rural, tendo acesso a atividades de muitos tipos - artesãos, carregadores, escravos de aluguel, vendedores etc.

D - escravos domésticos - tinham alguma vantagem em relação aos demais, em compensação, estavam submetidos à vigilância constante dos senhores brancos.

Note-se que a jornada de trabalho dos escravos durava de 14 a 16 horas por dia. Este dado, somado à alimentação precária e às péssimas condições de trabalho, era responsável por um alto índice de mortalidade, e fazia com que o tempo de vida "útil" do escravo variasse entre 7 a, no máximo, 10 anos.

Para sustentar a empresa colonial, a metrópole, e, posteriormente, a monarquia, desenvolve um singular aparato ideológico, legal, de coerção física e moral e de violência, que, no limite, pretendia desumanizar o escravizado. Por seu turno, as expressões da luta travada pelos escravos estão registradas nas mais variadas formas: a resistência individual, as insurreições urbanas, o quilombismo, marcaram uma incessante luta escrava pela afirmação da humanidade negra e mesmo a proposição de modelos democráticos de organização social, econômica e política.

Os primeiros quilombos da história brasileira, provavelmente surgiram quando os primeiros grupos de escravos fugitivos conseguiram despistar seus perseguidores e se embrenharam na mata em busca de um lugar seguro, muitas vezes contando com a ajuda dos originais habitantes da terra: os índios brasileiros, que também já haviam sofrido, nas mãos dos portugueses, a mesma privação.

No início do século dezessete, foi criado o quilombo dos Palmares, localizado na antiga província de Pernambuco numa localidade que hoje se encontra no estado de Alagoas. O quilombo dos palmares era composto por várias localidades ou mocambos espalhados por uma área montanhosa e de difícil acesso à época. Possuía organização política e militar e resistiu às investidas militares da coroa portuguesa, utilizando técnicas de combate dirigidas por seus líderes. O seu grande Líder, Zumbi dos Palmares, é reconhecido atualmente como herói nacional, assumindo seu papel de estadista de importância relevante no cenário político do Brasil colônia e em toda a América Latina.

O mito de que os negros africanos eram dóceis e aceitavam passivamente a condição de escravos, cai por terra com o advento do quilombo de Palmares, que sobreviveu por mais de um século, apesar dos constantes ataques que sofreu, como um estado paralelo em terras brasileiras.

Palmares, antes de tudo, foi um espaço libertário, onde além dos negros fugidos da escravidão, também se refugiavam os desafetos da coroa portuguesa, além dos índios que já

habitavam a serra da barriga, formação rochosa escolhida para sediar o núcleo central do quilombo.

As centenas de investidas militares contra o quilombo de Palmares durante um século de sua existência, com início em 1590, até a batalha fatal comandada por Domíngos Jorge Velho que culminaria por dizimar toda a população quilombola em 1694, demonstram claramente a política governamental do então Brasil Colônia, com relação à habitação das populações negras escravas: a repressão.

No início do tráfico transatlântico de escravos africanos, as primeiras habitações a eles destinadas no Brasil, eram feitas de palha e havia uma distribuição pelas várias unidades habitacionais nas fazendas, que se assemelhavam a grupos familiares. Com o início das fugas, e a formação de quilombos em regiões inacessíveis, que por outro lado incentivava também o surgimento de mais fugas em bando, assim que corria o boato da formação de um novo quilombo, essas habitações foram sendo substituídas por prédios fortificados.

“Com o crescente aumento das fugas a tipologia da senzala foi se transformando em algo semelhante aos presídios, prédios alongados, sem janelas, insalubres”(FINEP-GAP, 1983).

A repressão agora se dava no intuito de garantir a permanência da mão-de-obra escrava na produção agrícola, enfileirados em baias como os cavalos e mantidos a ferro, sem preocupação com as condições mínimas de salubridade necessárias ao ser humano em suas habitações. A senzala era a cela de dormir, sendo tirada dela qualquer característica de habitação propriamente dita.

Paralelamente às senzalas, símbolos da opressão do poder dominante, proliferavam os quilombos, refúgios dos escravos que conseguiam se libertar e se embrenhar na mata, em meio às serras, onde o acesso fosse o mais difícil possível, para se evitar as incursões das milícias contratadas pelos fazendeiros, dos caçadores de recompensas, dos escravistas que viviam de aprisionar escravos de quilombos e vendê-los no mercado, e toda sorte de malfeitores.

As comunidades dos quilombos, por herança histórica de sua função principal, que era fazer com que o escravo pudesse permanecer foragido do poder do Estado escravagista, foram localizadas quase sempre em áreas de difícil acesso, usando como barreiras os

acidentes geográficos naturais da localidade, como uma formação rochosa íngreme, um abismo ou até mesmo um rio caudaloso e intransponível, e qualquer obstáculo que permitisse uma visualização do inimigo, e com um tempo de aproximação lento o bastante para propiciar a fuga de toda a comunidade.

As moradias foram construídas em sua grande maioria com madeiras roliças trançadas e preenchidas com barro cru: a taipa de sapo para as, paredes internas e externas; e a palha para a cobertura. O piso era de chão batido. Os materiais usados nas construções das residências eram extraídos do local onde as habitações eram implantadas, variando assim de região para região. O tijolo de adobe também foi largamente utilizado, mais tarde em formas de tamanhos variados para a construção das paredes. Esquadrias de madeira, de pequenas dimensões nas portas e janelas, também eram utilizadas, usando-se as madeiras locais.

Um traço comum entre essas comunidades diz respeito ao uso do território como sítio cultural. São desenvolvidas atividades comunitárias que perpetuam, principalmente através da história oral, as tradições da comunidade, passada dos mais velhos para os mais novos através dos anos, como afirma o prof. Kabenguele Munanga:

“O quilombo brasileiro é, sem dúvida, uma cópia do quilombo africano reconstituído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontravam todos os oprimidos” (MUNANGA,1995)

O autor afirma ainda, que a matriz de inspiração adveio de um longo processo de amadurecimento ocorrido na área cultural bantu nos séculos XVI e XVII, de instituições políticas e militares transétnicas, centralizadas, formadas por homens guerreiros cujos rituais iniciáticos tinham a função de unificar diferentes linhagens.

Nesses vilarejos, a habitação era improvisada de forma a se permitir a fuga de forma rápida. Um quilombo era formado por uma série de mocambos, aglomerados de habitações, espalhadas por um determinado território. Quando um mocambo era atacado, imediatamente os outros se dispersavam mata adentro e preparavam emboscadas. Única forma de luta que possibilitaria a vitória dos quilombolas.

Há uma diversidade de histórias de formação destas comunidades que mostram as similitudes de organização e permitem vinculá-las atualmente (REIS E GOMES, 1996). A

historiografia registra comunidades formadas por negros que se negaram a permanecer na condição de escravos, fugiram e se aquilombaram. Algumas eram fortificadas e com uma estrutura hierárquica rígida para fins de defesa, ou faziam expedições para saquear fazendas e libertar escravos.

Há, ainda, comunidades fundadas no mesmo período, mas que não se constroem a partir das narrativas sobre heroísmo da fuga ou da memória da escravidão. Algumas se formaram a partir da ocupação de uma região desabitada, que transformaram em território do grupo. Algumas dessas comunidades formaram-se a partir da desagregação das grandes propriedades rurais monocultoras. Tem-se o registro de comunidades que se formaram a partir de aglomerados de pequenas propriedades mantidas por negros livres ou libertos que produziam no modelo de agricultura de subsistência. Essas não eram necessariamente distantes de arraiais ou das grandes propriedades dos senhores brancos. A depender do período e da região, foram obtidas por compra ou por ocupação de terras devolutas. Há muitos casos de comunidades fundadas por antepassados dos atuais moradores que compraram parcelas de terra. São várias as histórias de como foi viabilizada a compra e, de certo, variam de acordo com os meios econômicos disponíveis aos escravos em cada região.

Desde os anos 30, algumas vozes militantes defendem fortemente a idéia de reparação. Consideram a abolição como um processo inacabado e gerador da dívida, em dois planos: a herdada dos antigos senhores e a marca que ficou em forma de estigma, seus efeitos simbólicos, geradores de novas situações de exclusão. Aqui considerada a exclusão como fato e como símbolo. Os militantes procuram ver o conceito de quilombo como um elemento aglutinador, capaz de expressar, de nortear aquelas pautas consideradas cruciais à mudança, de dar sustentação à afirmação da identidade negra ainda fragmentada pelo modelo de desenvolvimento do Brasil após a Abolição da Escravatura.

Nos estudos de comunidade que se fizeram presentes na década de 30/40 nas Ciências Sociais no Brasil, aparecem as primeiras evidências sobre a existência de bairros negros situados nas áreas urbanas e periféricas, por onde surgem as escolas de samba, terreiros de candomblé e também um campesinato negro, identificado como comunidades negras rurais. Estes estudos introduziram também as primeiras formulações que irão fundamentar a visão de grupo como unidade fechada em si mesma, coesa, como uma

cultura isolada, contribuindo assim para uma visão idealizada da vida coletiva destas populações, consideradas não mais primitivas, mas tradicionais.

Já na década de 60 os quilombolas sofriam com ações de indivíduos, de grupos econômicos poderosos e até mesmo ações do Estado que os levavam à expulsão de suas áreas. Um exemplo é a população quilombola de Oriximiná, no Pará, que desde essa época já era afastada de suas terras devido à instalação de grandes projetos agropastoris e mineradores dentro da área da comunidade. Foram construídas hidrelétricas que não trouxeram benefício nenhum às comunidades negras do entorno, servindo apenas aos interesses das mineradoras e da Zona Franca de Manaus, em um processo de expulsão e degradação do seu território e de seus meios de sobrevivência (BOLETIM INFORMATIVO NUER, 1997). Relatos assinalam a violência sofrida por diversas comunidades nas regiões Norte e Nordeste, com envenenamento de fontes de água, agressões e até assassinatos, além das técnicas com base jurídica e burocrática de expulsão, grilagem e violência ocorridas em todo o Brasil.

Com a reformulação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, o governo federal reconheceu as terras onde situam-se hoje remanescentes de quilombos como sendo propriedades destes, garantindo seus direitos de posse e cidadania e confirmando o direito dos quilombolas de expressarem-se culturalmente, através do artigo 68 do ADCT (Atos de Disposições Constitucionais Transitórias):

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Uma questão que se impõe, é que a inserção dos direitos das terras quilombolas na constituição de 1988, é fruto da luta da comunidade negra brasileira..

“A expressão remanescente das comunidades de quilombos que emerge na Assembléia Constituinte de 1988 é tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de uma discussão mais ampla travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta anti-racista. O quilombo é

trazido novamente ao debate para fazer frente a um tipo de reivindicação que, à época, alude a uma dívida que a nação brasileira teria para com os afro-brasileiros em consequência da escravidão, não exclusivamente para falar em propriedade fundiária”.(LEITE, 2000)

O Movimento Negro Unificado (MNU), durante a elaboração da Assembléia Constituinte, uniu-se aos demais movimentos da sociedade civil em busca do apoio popular às demandas referentes aos afro-descendentes, levando à Assembléia o resultado dessas demandas, através de assinaturas populares para suas emendas. De acordo com Dimas Salustiano da Silva (1997), as lideranças do MNU propuseram uma emenda constitucional que abarcasse o direito de propriedade a todas as comunidades negras rurais, em um movimento encabeçado pelas lideranças maranhenses, o que não foi levado adiante. Segundo o autor, a primeira iniciativa em relação às comunidades quilombolas veio da base carioca, através do Deputado Carlos Alberto Caó e intercessão da ex-ministra Benedita da Silva, à época deputada. A redação final do artigo 68 do ADCT é resultado de uma série de emendas e alterações agregadas ao texto inicial de autoria do Dep. Caó, em agosto de 1987. A principal alteração, minimizando o alcance do artigo e colocando-o como transitório, apesar do seu caráter permanente, foi a não aprovação do artigo no Capítulo Da Cultura através de manobras políticas de grupos conservadores da Assembléia, fazendo com que fosse aprovado somente no fim dos trabalhos (SILVA, 1997).

Atualmente, as comunidades quilombolas brasileiras encontram-se em situação precária, em grande parte apresentando carência de infra-estrutura (esgoto, transporte público, telefone, escola, estradas asfaltadas, etc). Sendo em sua maioria agricultores, têm poucas terras para trabalhar, sofrem com as invasões, e não têm acesso a nenhuma facilidade agrícola, como financiamentos, insumos e sementes, pois não possuem título de suas áreas. Existem comunidades remanescentes de quilombos em diversas áreas, dentre elas áreas devolutas, áreas de preservação permanente, terras da Marinha, terras de particulares, entre outras (NUNES, 2000). Segundo dados da segunda configuração espacial de comunidades remanescentes de quilombo, do Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (fig. 3) havia no Brasil, no ano de 2005, o registro de 2228 comunidades

remanescentes de quilombo. O estado brasileiro com maior número de registros é o estado da Bahia, seguido por Maranhão, Pará e Minas Gerais (ANJOS, 2005).

A territorialidade singular presente nas comunidades remanescentes de quilombos é identificada nas relações sociais comunais e na organização e ocupação do território quilombola. Esta territorialidade é um elemento importante para a identificação étnica, fazendo parte de um conjunto de mecanismos de sobrevivência, de manutenção de uma formação econômica e social diferenciada da circundante, e muitas vezes de defesa. Estes mecanismos pautam as relações com as demandas externas, sejam elas grupos étnicos diferenciados, ou relações com o meio urbano próximo e demandas econômicas (agricultura capitalista, turismo) que têm surgido em comunidades remanescentes de todo o Brasil, em uma nova relação entre as comunidades tradicionais e o sistema sócio-econômico instituído.

NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS POR UNIDADE POLÍTICA DO BRASIL - 2005

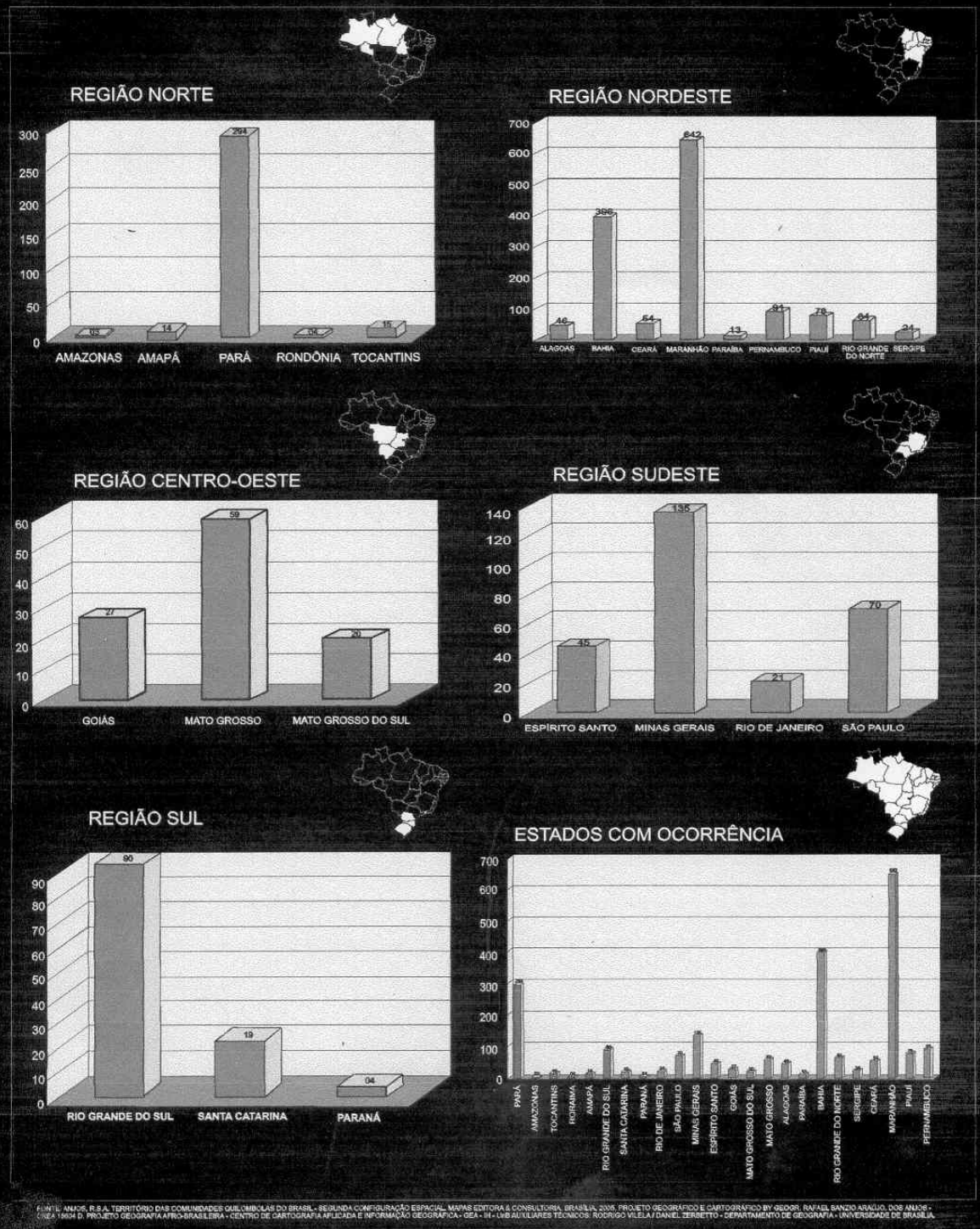


Figura 03 Fonte: Rafael Sanzio - CIGA-UnB

CAPÍTULO 2

A COMUNIDADE KALUNGA



2. A COMUNIDADE KALUNGA

2.1 Fatores históricos, econômicos e sócio-culturais

No final do século XVII e começo do século XVIII, os bandeirantes paulistas conseguiram encontrar ouro nas terras do interior do Brasil. O ouro existia em grande quantidade, tanto que as terras em que foi descoberto, foi chamada de Minas Gerais. Onde havia tanta riqueza a explorar também eram precisos muitos escravos. Nas localidades das minas foram se formando povoados que logo se transformaram em cidades, como o arraial de Vila Rica que hoje é a cidade de Ouro Preto.(MEC-SEF, 2001)

A ambição dos bandeirantes não se contentava com as riquezas das Minas Gerais. Se ali havia tanto ouro, haveria muito mais por aquelas outras terras sertão adentro. Em 1722, o bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, chegou às terras que mais tarde seriam chamadas de minas dos goiases, em referência ao nome de um povo indígena que viva na região. A partir do início da exploração das minas, deu-se o povoamento desta área do Brasil central.

A comunidade kalunga é descendente de africanos escravizados que foram levados para Monte Alegre e outras cidades vizinhas para trabalharem nas Minas do Tocantins. De acordo com Aldo Azevedo Soares os escravos teriam fugido das minas no final do século XVIII e formado o quilombo (SOARES, 1995). O historiador Ramir Curado, em seu livro Corumbá de Goiás – Estudos sociais, afirma:

“O serviço de retirada do ouro nos garimpos era muito pesado e perigoso para a saúde dos escravos. Esta vida sofrida levou muitos escravos a revoltarem-se contra os seus senhores e a fugirem para locais desertos onde criavam quilombos, isto é, arraiais onde podiam viver em liberdade e de acordo com os costumes africanos. Daí a existência de fazendas chamadas Quilombo.” (CURADO, 1997)

A partir de 1780, segundo Curado, os garimpos de ouro das cidades de Goiás foram sendo abandonados, ficando reduzidos a um número bem pequeno e de produção insignificante (CURADO, 1997). Os bandeirantes que voltaram para a região sudeste do país, nem se deram o trabalho de levar os seus escravos consigo, deixando-os naquele lugar deserto sem nada além do que as matas da região podiam lhe oferecer. De acordo com seu

Laurindo, morador da comunidade kalunga, eles foram deixados para trás pelos bandeirantes quando o ouro das minas terminou. Os agora homens livres embrenharam-se ainda mais nos matagais para ter certeza que nenhum homem branco que resolvesse vir buscá-los os encontrariam. Lá viveram escondidos por várias décadas, numa área de mais de duzentos e cinquenta mil hectares, que hoje é dividida entre os municípios de Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante no estado de Goiás. No mapa a seguir (fig 4), podemos visualizar a localização do sítio histórico kalunga.

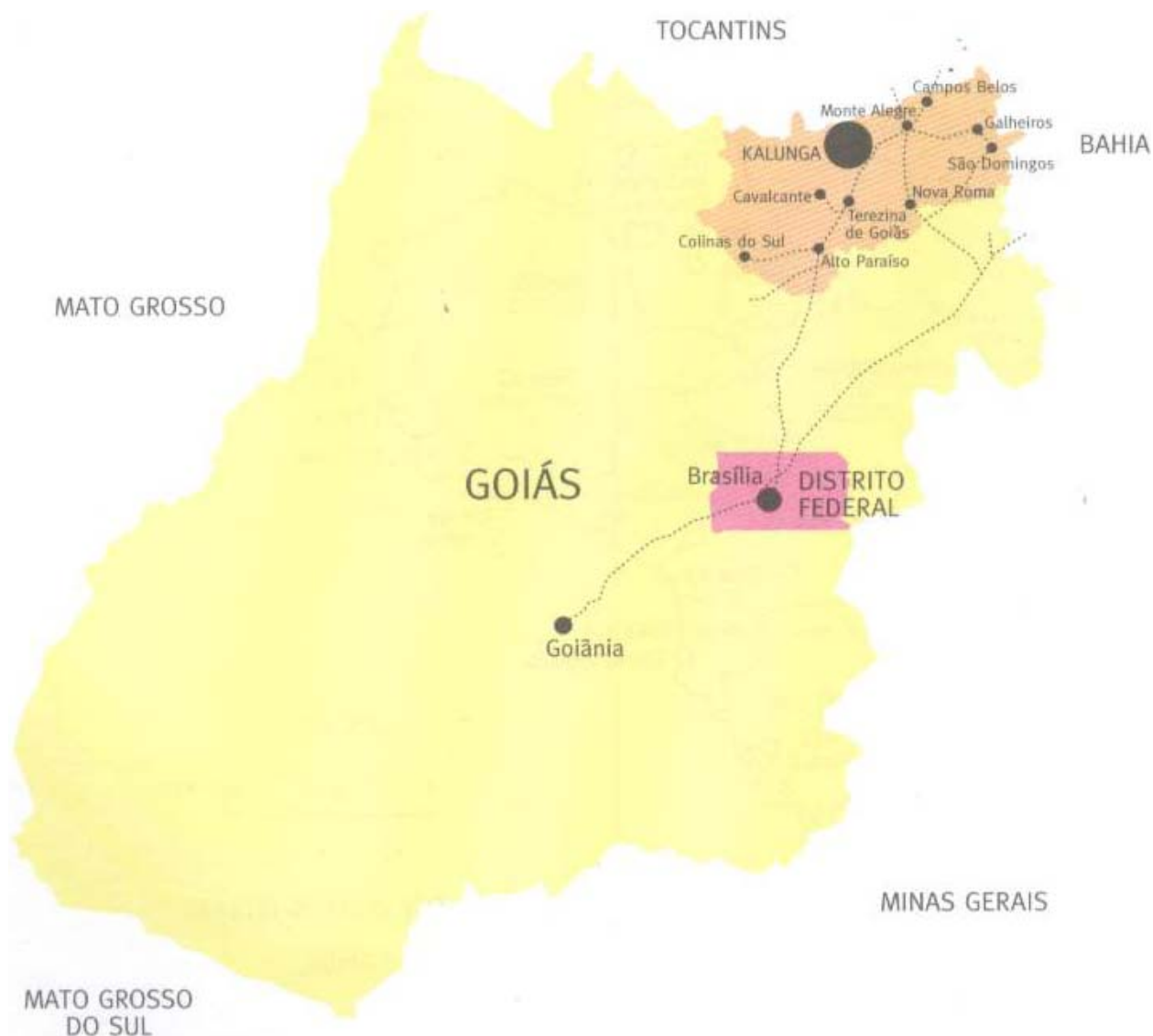


Fig.04 Mapa da região e localização no Estado– Fonte: Secretaria de Educação Fundamental – MEC, 2001

Com o passar do tempo foram crescendo cidades nas proximidades da região kalunga. Com estas cidades os kalungas mantinham um relacionamento comercial: eles trocavam os produtos que plantavam ou extraíam da região por sal e tecidos. A sede de dois dos três municípios abrangidos pela área do território Kalunga foram fundados em 1740, Cavalcante e em 1769, Morro do Chapéu, que mais tarde denominou-se Monte Alegre.

Em alusões literárias do início do século XX, como do escritor Carvalho Ramos em 1912, e em notícias de jornais nas décadas de 60 e 70, já se falava da comunidade de negros que vivia no vale do rio Paranã (BAIOCCHI, 1999). O engenheiro Manoel Passos, do Ministério da Agricultura, em 1962 escreve:

“ Com o nome de Calungueiros ficam designados os habitantes da região do calunga, um pequeno quilombo que se estabeleceu às margens do rio Paranã, constituído dos negros fugidos dos duros trabalhos da mineração das minas de ouro de Arraias, Monte alegre e Cavalcante”

A antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi desde fins da década de 1970, desenvolve trabalhos acadêmicos sobre grupos negros rurais em Goiás. Em 1983 a autora publicou o livro intitulado: Negros de Cedro, que trata a respeito de uma comunidade negros rurais em Mineiros/GO. Especificamente sobre os Kalungas, sua obra se faz bastante expressiva, assim como o Projeto Povo da Terra que representou importante elemento no processo de tombamento de seu território enquanto Sítio Histórico e Patrimônio Cultural da Humanidade. É creditado à antropóloga o mérito do “descobrimento” científico da comunidade na década de 70, sendo que somente em 1982, com o apoio da Universidade Federal de Goiás iniciaram-se as pesquisas do projeto Povo da Terra.

No Livro Kalunga: Povo da Terra, Baiocchi dedica-se basicamente a descrever o agrupamento Kalunga, através da apresentação de suas características identitárias, culturais, econômicas e históricas, apoiada na pesquisa de campo e pesquisa documental desenvolvida desde a década de 1980, que já haviam sido publicadas anteriormente. Nestes artigos, Baiocchi elabora descrições do grupo Kalunga, faz menção ao Projeto Povo da Terra, e inicia alguns aprofundamentos em assuntos específicos como cidadania e possíveis traços de herança africana no grupo.

O isolamento aparece nos trabalhos como determinante da manutenção da cultura quilombola, como Baiocchi assevera em trechos a seguir:

“Calunga até agora, não se situa no espaço e no tempo em Goiás. A geografia e a História não conhecem esta região apesar de ser extensa e conter de 5000 a mais indivíduos. “Dizem” sermos nós - o grupo de pesquisa - os primeiros estranhos a chegar lá. Este isolamento é ajudado pelo Rio Paranã e seus afluentes, que, em boa parte do ano inundam a única via de acesso, pois Calunga encontra-se em platôs e vales de serras à esquerda desse mesmo Rio”.

“O povo Kalunga, isto é, das comunidades negro cafusas das margens direita e esquerda do Rio Paranã - Goiás, chamadas de Kalunga, no seu isolamento geográfico e histórico, social e econômico, criou sua representação simbólica de “indivíduo” - “cidadão”, diferente do conceito de cidadão absolvido e utilizado como parâmetro de pessoa e/ou indivíduo”.

“Os Kalunga remete-nos à África quando o isolamento geográfico cultural possibilita a retificação das tradições e costumes. Metodologicamente são vistos como descendentes de escravos, que à deriva da sociedade institucional, constroem uma cultura própria, tendo como parâmetro sua história de grupo isolado”.

“Eles mantiveram seu modo de falar próprio, semelhante ao crioulo (cf. Baiocchi 1991), estiveram desvinculados dos centros urbanos e isolados até a década de 1980, e persistiram na informação oral, o que possibilita hoje a apreensão desse inegável acervo literário, representado sobretudo por suas lendas e histórias, provérbios, jogos e encenações”.

“A história do Projeto [Kalunga Povo da Terra] confunde-se com os anseios dos quarenta e oito núcleos de moradias distribuídos nas localidades Contenda, Kalunga, Ribeirão dos Bois, Vão do Moleque, Vão das Almas, “isoladas”, nos vãos e platôs das serras Ursa, Mangabeira, Mocambo, Boa Vista, Bom Jardim, Bom Despacho, São Pedro, Moleque e Maquiné. As serras e morros fizeram a “defesa” do território, o rio Paranã e seus afluentes possibilitaram a fartura e sobrevivência”. (Baiocchi, 1999)

O que se pode notar, é que o “mito do isolamento” característico nas comunidades quilombolas brasileiras, também está presente na comunidade Kalunga. É certo que devido à condição de fugitivos do sistema escravocrata, eles tinham que se preservar do contato direto com as cidades. Mas todos nas cidades sabiam e sempre souberam da existência da comunidade. E mais: todos usaram a mão-de-obra das pessoas da comunidade em suas casas, nas fazendas e tiveram contato direto com os quilombolas. Porém, manter a comunidade na invisibilidade era também um fator de manutenção dessa mão-de-obra, ao

mesmo tempo longe para não criar problemas, e perto o suficiente para ser explorada conforme a conveniência do momento.

Em 1991, durante a demarcação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, foi feito um levantamento sócio-econômico pelo Instituto de Terras do Estado de Goiás – IDAGO. Foram cadastrados 3.699 habitantes, sendo 3.194 considerados como “Kalunga” e 505 como “não Kalunga” – não há explicação sobre os critérios adotados (SOARES, 1995). Já em levantamento recente, realizado pela Fubra-UnB em 2004, a comunidade Kalunga é composta por 958 famílias, distribuídas em 884 domicílios, perfazendo um total de 3.752 habitantes (SEPPIR-Fubra 2004)

Neste mesmo levantamento, foram analisadas as fontes de renda da comunidade. Em boa parte dos domicílios, parte do sustento vem, sobretudo, do trabalho na roça, sendo responsável por mais de 70% dos recursos financeiros (tabela 1)

Tabela 1. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a origem dos recursos financeiros. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte: SEPPIR/Fubra, 2004.

Obs	Fonte dos recursos	Possui	Não Possui	Total
1	Aposentadoria	28.83	71.17	100
2	Venda/produção de artesanatos	25.42	74.58	100
3	Qualquer programa social	12.23	87.77	100
4	Coleta de frutas/madeira do mato	7.47	92.53	100
5	Roça	73.99	26.01	100
6	Criação de animais	50.42	49.58	100
7	Dinheiro recebido pelo trabalho	44.25	55.75	100
8	Garimpo	2.02	97.98	100

A pesquisa também levantou informações sobre os principais cultivos agrícolas. O cultivo é voltado para a subsistência na maioria dos casos.

Tabela 2. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a cultura de subsistência. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra, 2004

Obs	Cultura	Sim	Não	Total
1	Mandioca	91.34	8.66	100
2	Milho	87.17	12.83	100
3	Feijão	53.26	46.74	100
4	Arroz	90.63	9.37	100
5	Banana	73.19	26.81	100
6	Batata doce	72.12	27.88	100
7	Abóbora	89.32	10.68	100
8	Cana de açúcar	65.24	34.76	100
9	Horta	19.48	80.52	100

A produção para subsistência é praticada pela quase totalidade dos Kalungas. Dos 884 domicílios, 770 produzem pelo menos um dos tipos de cultura agrícola listados. A mandioca, o arroz, a abóbora e o milho são os quatro principais cultivos.

Com relação à criação de animais para subsistência, 87,1% dos domicílios possuem galinhas, 53,3% possuem criação de gado e 19,1% possuem criação de porcos.

Tabela 3. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a criação de animais para subsistência. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Obs	Criação	Sim	Não	Total
1	Gado (boi/vaca)	53.26	46.74	100
2	Cabra/bode	0.83	99.17	100
3	Ovelha/carneiro	0.59	99.41	100
4	Porco	19.12	80.88	100
5	Galinha	87.07	12.93	100
6	Pato	2.49	97.51	100
7	Peru	1.78	98.22	100

Quanto ao rendimento, domiciliar e o rendimento per capita os resultados são os descritos a seguir.

O rendimento domiciliar médio é de R\$ 182,00, sendo que o valor do salário mínimo quando da realização da pesquisa era de R\$261,00. O rendimento médio domiciliar em Cavalcante é igual ao observado em Monte Alegre: R\$ 167,00. Em Teresina de Goiás o rendimento médio observado foi de R\$ 261,00.

Tabela 4 Distribuição da renda domiciliar. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Renda Domiciliar	Número de Domicílios	Percentual
Não informou renda	41	4.638
R\$ 0,01 a R\$ 50,00	113	12.783
R\$ 050,01 a R\$ 130,00	125	14.140
R\$ 100,01 a R\$ 260,00	172	19.457
R\$ 260,01 a R\$ 520,00	121	13.688
R\$ 520,00 ou mais	51	5.769
zero	261	29.525
	=====	=====
	884	100.000

A Tabela a seguir apresenta a estrutura etária da população Kalunga. Apresenta a distribuição etária segundo três grandes grupos: crianças e adolescentes (0 a 15 anos incompletos), idade de trabalhar (15 a 65 anos incompletos) e idosos (mais de 65 anos).

Tabela 5 Distribuição dos habitantes, segundo grandes grupos de idades, por município. Comunidade quilombola de Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Grupos de idade	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
0-15	58	2	22	82
16-64	896	285	417	1598
65 ou mais	98	53	44	195
	=====	=====	=====	=====
	2041	589	901	3531

Foram também levantados dados relativos ao nível de escolaridade da população Kaunga, conforme demonstram as tabelas a seguir.

Tabela 6. Distribuição percentual dos habitantes, segundo a alfabetização, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Sabe ler e escrever?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Não	51.44	51.54	53.9	52.09
Sim	48.56	48.46	46.1	47.91
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.0	100.00

Tabela 7 Distribuição percentual dos habitantes jovens (7 a 15 anos), segundo a alfabetização, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Sabe ler e escrever?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Não	27.69	29.7	28.81	28.34
Sim	72.31	70.3	71.19	71.66
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.0	100.00	100.00

Tabela 8. Distribuição percentual dos habitantes adultos (16 a 64 anos), segundo a alfabetização, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Sabe ler e escrever?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Não	44.69	36.55	48.33	44.38
Sim	55.31	63.45	51.67	55.62
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.00	100.00

Tabela 9 Distribuição percentual dos domicílios, segundo a escolaridade do responsável, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Escolaridade do responsável do domicílio	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
1o Grau/Ensino Fundamental	12.47	16.18	13.88	13.45
2o Grau/Ensino Médio	0.21	0.74	.	0.24
Alfabetização de adultos	6.98	2.21	4.31	5.50
Ginásio	0.85	1.47	.	0.73
Nenhum(a)	68.50	75.00	78.47	71.52
NR	.	.	0.48	0.12
Primário	10.99	3.68	2.87	7.70
Supletivo 1o Grau	.	0.74	.	0.12
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.02	100.01	99.99

Quanto à questão de gênero, a pesquisa levanta os dados demonstrados nas tabelas a seguir.

Tabela 10 Distribuição percentual dos domicílios, segundo o sexo do responsável, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Sexo do responsável do domicílio	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Homem	78.46	67.88	76.56	76.25
Mulher	21.54	32.12	23.44	23.75
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.00	100.00

Tabela 11 Distribuição percentual dos responsáveis pelos domicílios do sexo feminino, segundo a existência de união com cônjuge ou parceiro(a), por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Vive em companhia de esposo(a) ou companheiro (a)?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
nunca viveu	13.13	6.82	8.16	10.42
não, mas viveu	63.64	52.27	65.31	61.46
sim	23.23	40.91	26.53	28.13
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.00	100.01

Tabela 12 Distribuição dos responsáveis pelos domicílios do sexo feminino responsáveis por crianças e jovens com menos de 16 anos, segundo a existência de união com cônjuge ou parceiro(a), por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Vive em companhia de esposo(a) ou companheiro (a)?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
NR	7	.	.	7
nunca viveu	8	2	1	11
não, mas viveu	41	16	21	78
sim	19	14	12	45
	=====	=====	=====	=====
	75	32	34	141

Guardadas as devidas proporções e imprecisões, a pesquisa censitária acaba por traçar um perfil médio do habitante da comunidade, quanto à sua condição econômica, com renda média mensal por habitação sendo inferior a um salário mínimo, prática da agricultura de sobrevivência, com o plantio principalmente da mandioca e a criação de galinha. Observa-se também que dois terços dos responsáveis pelos domicílios não tiveram acesso à educação escolar. Metade das pessoas da comunidade são analfabetas, porém na faixa etária de 7 a 15 anos, esse proporção cai para um terço de analfabetos. Esse número pode já refletir o fato de haver tido a instalação de escolas na comunidade nos últimos 10 anos.

As mulheres na comunidade Kalunga são responsáveis por um terço dos domicílios. Destas, dois terços vivem sozinhas sem ter a ajuda de um homem para a manutenção do domicílio. O número de mulheres sozinhas, responsáveis por domicílios e também responsáveis por crianças e jovens até 15 anos, é de 141, em um universo de 884 domicílios. Este número pode retratar a evasão de homens adultos da comunidade, indo trabalhar em cidades próximas como Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, ou em cidades maiores como Formosa e Brasília.

Se por um lado as histórias antigas, contadas pelos mais velhos, são importantes para se compreender a história do povo Kalunga, é durante as festas da comunidade que há a troca de experiências e vivências culturais. Ainda hoje, como acontecia antigamente, é nas festas que eles compreendem de verdade o que significa ser Kalunga. A festa é o momento do encontro, da reunião das famílias. É ali que eles podem sentir que pertencem de fato a uma comunidade, que fazem parte de um povo que tem uma história e uma identidade.(MEC-SEF, 2001). É quando se realizam as festas que as pessoas de fora, quem nasceu na comunidade e foi morar na cidade e também visitantes, mantém contato com a comunidade. É nas festas que há o batizado dos filhos e os casais se conhecem e novos casamentos são celebrados.



Foto 01 - Coroação do Imperador – Fonte: arquivo da FCP

Por outro lado, as festas também propiciam oportunidade de negociação com os moradores das cidades vizinhas fora da comunidade, e também entre os povoados da própria comunidade. Oportunidade também de reivindicação de melhorias aos detentores do poder público.

Os principais festejos estão diretamente ligados aos momentos mais importantes do ano, aos ciclos da natureza, seca e chuva, ligados também à sua atividade principal, que é a agricultura. Assim, o plantio e a colheita são marcados também pelas festas. Em fins de setembro, depois das primeiras chuvas da primavera, já se podem começar os roçados de mandioca, milho, arroz, abóbora ou feijão. E o plantio se estende até novembro e dezembro, já em plena força do verão. De janeiro a março é o período em que as pessoas limpam a roça e cuidam dos brotinhos para que eles não morram, e a plantação vingue. Em abril e maio, tempo de outono, são os meses da colheita. Daí se tem o motivo pelo qual as festas que são celebradas em todas as localidades da comunidade sem exceção, são as de janeiro e junho. Com a festa de Reis, eles festejam o fim do plantio, e com as festas de Santo Antônio e São João, o fim da colheita.

Nas festas de Santo Antônio, de 12 a 14 de junho, e de São João, 23 a 25 de junho, são tiradas as “sortes” onde se procura prever como será o tempo na época do plantio e da colheita. Nessas festas, por três dias acontece a cerimônia maior em louvor aos santos. No período entre uma festa e outra, entre 15 e 21 de junho, é que o “sorteio” permitirá fazer a previsão das chuvas no próximo ciclo de plantações. As regras do sorteio são as seguintes: para cada um dos dias de 15 a 21, se escolhe um mês de referência, de outubro a abril. Por exemplo, dia 15 representa outubro, 16 novembro e assim por diante, até o dia 21 que representa abril. Em cada um desses dias é necessário observar o mormaço do sol, para saber se naquele mês que o dia representa, choverá ou não. Se o mormaço for de tarde, só choverá no meio do mês. Este era o costume antigo que as pessoas mais velhas sempre seguiram e que ficou preservado até hoje justamente pelo fato de sempre serem lembrados nas festas. Daí também o advento da festa como fator de fixação de um fazer cultural ligado diretamente à sobrevivência da comunidade.

Há três tipos de celebração que podem ser tipificadas segundo a área de abrangência e frequência: As romarias, as folias e a “boca da noite” (JATOBÁ, 2002). A “boca da noite” é uma festa para o dono da casa, promovida por uma família que renova sua

obrigação para com o santo. Ela é promovida pelos mais velhos da localidade e apenas em uma das casas da localidade. Começa ao cair da tarde e vai até o amanhecer.

As folias, são as mesmas presentes em outras localidades do centro-oeste. São grupos andarilhos que passam pelas casas louvando o santo e pedindo esmola, ganhando comida e bebida e levando o estandarte para abençoar os donos da casa. O caminho das folias demarca um espaço simbólico, de conhecimento de todos, reforçando o vínculo de proximidade. A área abrangida é menor que a de uma romaria e maior que a “boca da noite”. As danças são a batucada, a curradeira, a catira e a corrida. Os instrumentos musicais que acompanham a folia são o violão ou a bandurra, instrumento feito de cabaça, buriti e pau de sambaíba, o pandeiro e a caixa.



Foto 02 - Local da festa no vão do Moleque. Fonte: Arquivo do FCP

As festas maiores são realizadas em locais específicos e fixos. A grande abrangência se dá pelo fato de reunir moradores de diversas localidades, e ser um grande evento, atraindo também centenas de visitantes. As maiores são as festas de São João, na localidade de Sucuri entre os dias 23 e 25 de junho; e o Império do Divino e a Romaria ou Império de

Nossa Senhora da Abadia, entre os dias 11 e 17 de agosto no vão de Almas; e a Romaria do Moleque ou Império de São Gonçalo do Amarante, entre os dias 13 e 17 de setembro no Vão do Moleque. Sobre as festas, a antropóloga Danielli Jatobá escreveu:

“Interessante observar qual nível de soolidariedade e identificação está sendo reforçado em cada festa. A área de abrangência aponta nesta direção. A “boca da noite” reforça a unidade da localidade, as folias unem os parentes, e as romarias reforçam a unidade da comunidade, pois a abrangência é a articulação das regiões.” (JATOBÁ, 1999)

2.2 O Sítio Histórico Kalunga

Em setembro de 1985, a antropóloga Mari Baiocchi encaminha ao Conselho de Cultura do Estado de Goiás a proposta de transformar o “entorno” – área limítrofe aos vãos Calunga (contenda), Almas e Moleque em “Santuário”(JATOBÁ, 2002). Esta iniciativa culmina com o tombamento da área, através da lei estadual número 11.409 de 1991, criando o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.



Fig 5 - Mapa do território dos Kalunga com as suas diversas localidades
Fonte: Secretaria de Educação Fundamental – MEC, 2001

Embora um conceito mais amplo de território possa vir a incluir áreas de influência que estejam além do território demarcado no polígono que delimita a área tombada, consideramos os povoados formados por aglomerações de descendentes de negros quilombolas, dentro do polígono de proteção federal e estadual, como objeto principal deste estudo.

No decreto de criação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, é descrito o perímetro do território:

“Começa na Barra do Ribeirão dos Bois com o Rio Paraná: daí segue rumo a leste com uma distância aproximada de 5.000 metros; daí segue rumo sul, com uma distância aproximada de 3.700 metros até a extremidade norte da Serra do Boqueirão; daí segue para o sul pelo Sopé Oeste da Serra do Boqueirão, até a garganta do córrego Boqueirão; daí segue por este córrego abaixo até a sua barra com o Ribeirão dos Bois; daí segue por este córrego abaixo até sua barra com o Córrego do Leite; daí por este acima, até sua cabeceira na Serra da Boa Vista; daí segue rumo oeste com uma distância aproximada de 4.200 metros, até o Rio das Almas; daí segue por este rio abaixo, até a barra do rio Maquine; daí segue por este rio acima, até sua cabeceira na serra do Maquine; daí segue no rumo oeste com uma distância aproximada de 17.200 metros, até a cabeceira do Córrego do Ouro; daí segue córrego abaixo até sua barra no Rio da Prata; daí segue por este rio acima, até a confluência com o córrego Bonito; daí segue com rumo sul numa distância aproximada de 1.700 metros, até o sopé da Serra Bom Jardim e Contenda, até a garganta do rio Paraná, no local denominado Funil; daí segue Rio Paraná acima, até o ponto onde teve início a descrição deste perímetro.”

Nota-se que a descrição toma como base de demarcação os cursos dos rios e os pés de serras da região, limitando-se a descrever distâncias aproximadas. Não houve nenhuma medida concreta para a retirada dos grileiros da área, e o decreto fez com que esses aumentassem suas áreas, com a ampliação dos limites das cercas, objetivando uma maior indenização por parte do governo quando da desapropriação das terras.

Houve então o recrudescimento das relações entre os fazendeiros invasores e a comunidade. Nem mesmo os cemitérios das comunidades foram respeitados, tendo seus limites incluídos nas terras dos grileiros, e sendo negados a eles o direito de visitar os túmulos de seus parentes falecidos. O conflito foi até as últimas conseqüências. Primeiramente foram cercadas as casas de moradores da comunidade e impedido o acesso, obrigando os moradores a dar uma grande volta para chegar em casa, isso quando a casa na ficava praticamente “ilhada” pela fazenda do grileiro. Pressionados, alguns moradores se mudaram, construíram outra casas em outra localidade fora da cerca das fazendas. Houve relatos de moradores que foram expulsos à força, com jagunços armados. Todo esse terror tinha como objetivo garantir maior área possível nos limites das fazendas antes que uma demarcação precisa viesse a acontecer.

A lentidão de todo o processo de demarcação e titulação também contribuiu para que os grileiros fossem agindo livremente e fossem se apossando de áreas do território Kalunga. Os fazendeiros desmoralizavam os moradores da comunidade, dizendo que não haveria titulação nenhuma, que a terra era deles e que os quilombolas teriam que se mudar.

Mesmo com toda pressão, muitos moradores continuaram em suas casas apesar de suas terras serem invadidas, tanto que em um levantamento realizado em 2004, consta que das 884 casas da comunidade, 93 estão em terras invadidas, o que representa 11% dos domicílios. A maioria dessas situações encontra-se em Cavalcante (68), como mostram as tabelas a seguir.

Tabela 13 Distribuição dos domicílios, segundo a situação fundiária (localização em terras invadidas por fazendeiros), por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPIR/Fubra. 2004

Terras invadidas por fazendeiros?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
NR	34	5	1	40
Não	431	112	208	751
Sim	68	24	1	93
	=====	=====	=====	=====
	533	141	210	884

Tabela 14. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a situação fundiária (localização em terras invadidas por fazendeiros), por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

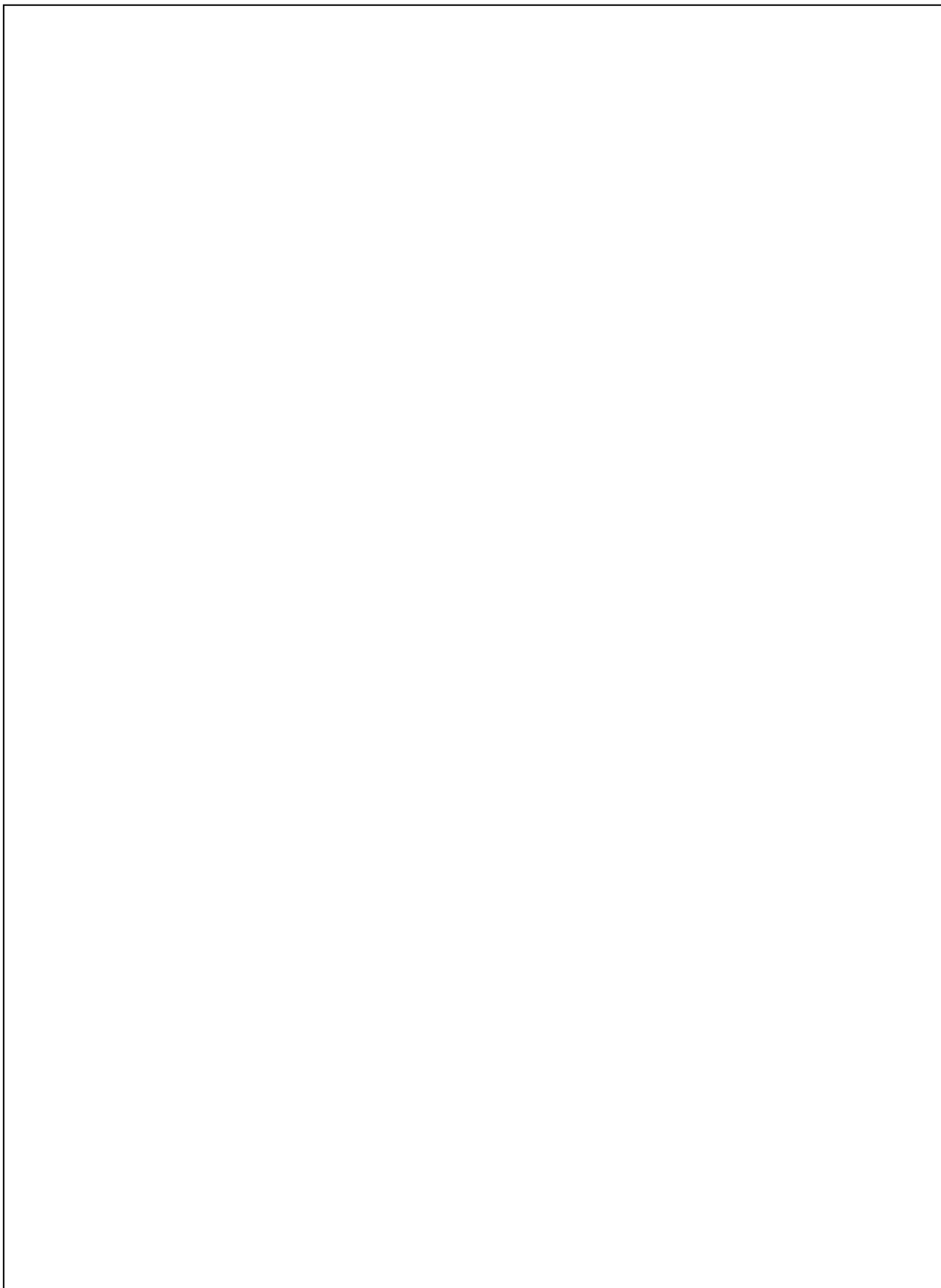
Terras invadidas por fazendeiros?	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Não	86.373	82.353	99.522	88.981
Sim	13.627	17.647	0.478	11.019
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

Com o reconhecimento do território pelo decreto estadual, foi dado início ao reconhecimento do território a nível Federal. O processo foi desencadeado em 1998, pela Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura que inicia, por sua vez, a demarcação do território, através da fixação de marcos nos seus limites, com a ajuda do exército, cumprindo o disposto no artigo 64 da ADCT da Constituição Federal de 1988, que estabelece que sejam tituladas as terras remanescentes de quilombos em favor dessas comunidades.

A área de estudo está contida na região nordeste do estado de Goiás, ocupando parte dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre (fig.06), com uma área de 253.000 hectares, segundo mapeamento realizado pela Fundação Palmares. No perímetro tombado, há três grupos principais de serras: a Serra da Contenda, a serra da Boa vista e a Serra de São Pedro, dentro das quais estão inseridas também serras menores, coma a do Moleque, Boqueirão, Bom Despacho e Bom Jardim.

A comunidade Kalunga é formada por 62 povoados espalhados nos vãos entre as serras, sendo três os principais: O Vão da Contenda, no município de Monte Alegre, O Vão do Moleque no município de Cavalcante e o Vão de Almas, cortado pelo rio das almas, tendo de um lado o município de Teresina de Goiás e de outro Cavalcante. São excessões as aglomerações de muitas casas numa densidade próxima a um parcelamento habitacional, como na localidade do Engenho, que é atípico devido à crescente demanda do ecoturismo na região, próxima a cachoeiras e à cidade de Cavalcante.

FIGURA O6 – Estradas e municípios



A hidrografia influencia fortemente a distribuição dos povoados da comunidade Kalunga no território, especialmente aqueles próximos aos rios Paranã, da prata, Corrente, das Almas e Córrego dos Bois, além de definir limites estaduais e municipais (FUBRA-CIGA/UnB, 2004). À margem direita do rio Paranã encontram-se os córregos Alminha, Buriti Comprido, Riachão e Sicury, entre outros (fig.7). A rede hidrográfica pertence à bacia do rio Tocantins.(fig.8)

O rio das Almas avoluma-se após receber os córregos Gameleira, Capivara, Maquiné, Vargem Grande, Bananal, Escorregador, Moxila, Palmeira, Ave Maria, Terra Vermelha. Por sua vez, o Rio dos Bois, afluente do Rio Paranã recebe os córregos Pedras, Leite, Limoeiro, Caldas, Santo Antônio, Tarumã, Boqueirão, Soledade, Almofo, Vargem Redonda, Sicury, Rancho, Ouro Fino.

Durante os meses de seca, a rede hidrográfica reduz-se a apenas os rios mais caudalosos, como o rio das Almas, dos Bois e Bezerra.

O território Kalunga tem como limite os seguintes rios:

- Ao norte, os rios Paranã e Bezerra
- A oeste, o córrego do Ouro e o rio da Prata
- A leste, os córregos dos Bois e Buriti
- Ao sul, pelo divisor de águas dos rios Corrente e Maquine.

O território Kalunga insere-se na zona de transição entre os domínios climáticos úmidos das florestas tropicais da Amazônia e os domínios semi-áridos da caatinga da região nordeste. De acordo com a classificação de Koppen, situa-se entre os tipos “tropical de savana” e “temperado chuvoso de inverno seco” (FUBRA-CIGA/UnB, 2004). É caracterizado pela existência de duas estações: chuvosa e quente entre os meses de outubro a abril, durante a primavera e o verão; e seca e fria de maio a setembro, durante o outono e o inverno.

A média pluviométrica anual situa-se entre 1300 e 1600 mm, alcançando em janeiro o seu maior índice pluviométrico mensal, em torno de 250 mm, enquanto em julho atinge o menor índice. Por volta de 25mm.

FIGURA 7

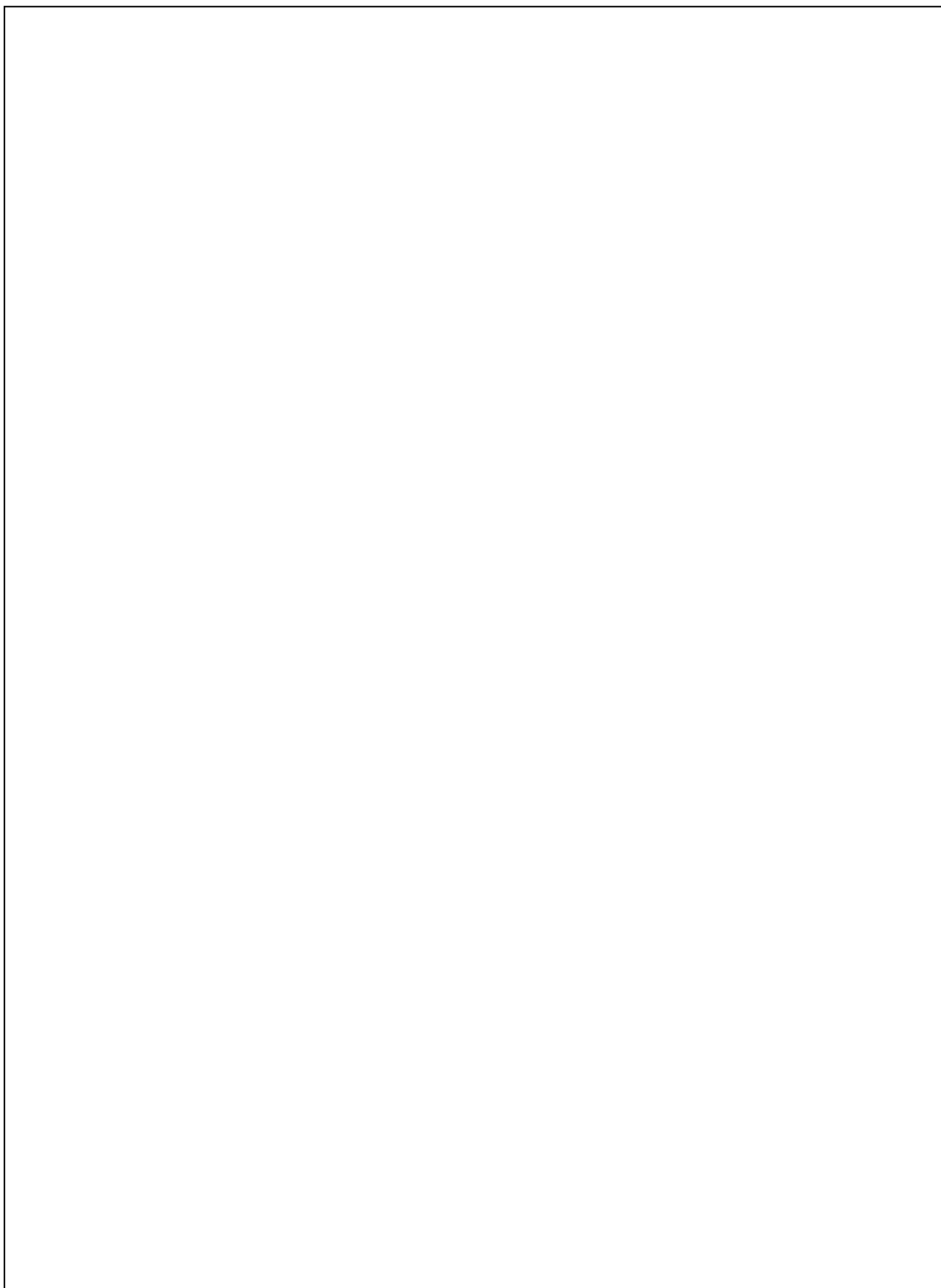
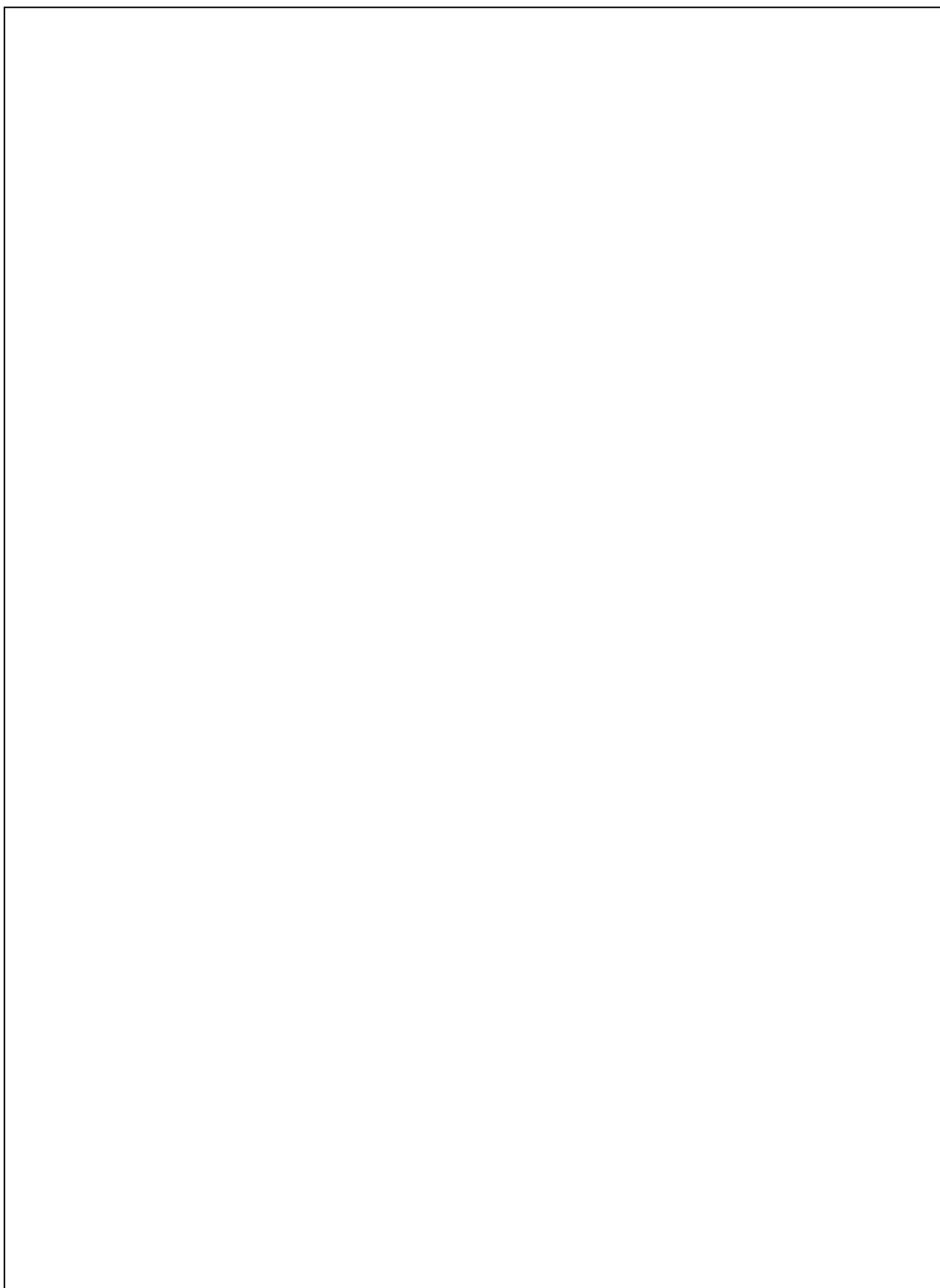


Figura 8



A cobertura vegetal natural do território da comunidade Kalunga é formada basicamente por campo cerrado (fig. 9), ou savanas, formações campestres sem cobertura arbórea e predominância de gramínia, com matas galerias. A savana parque, formações campestres com raras árvores e arbustos pequenos e matas galerias e a savana arborizada, com árvores de maior porte, também estão presentes no território. Todos os tipos de savana encontram-se alterados, com substituição por vegetação relacionada a atividades agrícolas com fins pecuários. (Fubra-CIGA/UnB, 2004)

Os tipos de solo predominantes no território Kalunga(fig.10) são:

- Latossolos: vermelho-escuro e vermelho-amarelos, ocupam áreas aplainadas, com textura argilosa a média, com moderado potencial agrícola;
- Cambissolos: ocorrem em áreas com terreno ondulado, apresentam textura argilosa a média, cascalhentos, pedregosos com baixo potencial agrícola;
- Solos podzólicos: vermelho-escuro e vermelho-amarelos, ocorrem em áreas de relevo plano a ondulado, textura argilosa a muito argilosa, bom potencial agrícola;
- Terras roxas estruturadas: ocorrem em áreas de relevo plano, textura argilosa a muito argilosa, alto potencial agrícola;
- Solos litólicos: ocorrem em áreas de relevo plano e escarpado, textura arenosa e argilosa, baixo potencial agrícola;
- Lateritas hidromórficas: ocorrem em áreas de relevo plano, textura variável, cascalhenta a argilosa, com muito baixo potencial agrícola.
- Solos areno-quartzosos profundos: ocorrem nas planícies inundáveis, com potencial agrícola restrito e sazonal.

Figura 9

Figura 10

O cruzamento das informações sobre a formação geológica, o tipo de solo e a declividade do terreno no território Kalunga, possibilitou a caracterização de três níveis diferenciados de vulnerabilidade a processos erosivos: alta, média e baixa restrição à urbanização (fig.11)

As áreas com pouca restrição a processos erosivos encontram-se no centro-norte do município de Cavalcante e na porção centro-leste de Teresina de Goiás. Os espaços de restrição média estão distribuídos por todo o território. As zonas muito restritivas à urbanização, estão presentes nos três municípios e é a maior parte do território.

As áreas com pouca restrição localizadas no município de Cavalcante, são as áreas de cerrado com bom nível de preservação e as de vegetação do cerrado com diferentes níveis de alteração. (Fubra-CIGA/UnB, 2004)

No município de Teresina de Goiás as terras com pouca restrição são as que estão ocupadas por uso agrícola. As áreas de média e alta restrição à urbanização encontram-se em sua maioria nos espaços de topografia movimentada.

Quanto aos recursos hídricos subterrâneos na região, não há estudos científicos sobre o assunto que possam determinar com precisão a capacidade dos mananciais existentes. Porém, após a realização de estudos sobre a geologia da região, a equipe técnica responsável pela elaboração do Laudo da Organização Territorial (Fubra-SIGA-UnB), coordenada pelo Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, conclui que:

“ A área detalhada apresenta características que sugerem pouco potencial para a exploração de recursos hídricos subterrâneos por poços profundos, e as maiores possibilidades estão em áreas de ocorrência de metassedimentos detríticos do Grupo arai (quartzitos) que ocorrem predominantemente nas serras da região, que favorece a perfuração de poços rasos. Deve ser ressaltado que além da captação de água subterrânea por poços rasos, outras atividades de baixo custo, como captação de água superficial, por meio de canalização, e de água de chuva, por meio de calhas em telhados, são recomendáveis para a comunidade Kalunga, que deve ser ainda devidamente instruída quanto à necessidade de implementação de sistema de saneamento individual por meio de fossas sépticas ou ecológicas”. . (Fubra-CIGA/UnB, 2004)

Fig 11

CAPÍTULO 3

DADOS SOBRE A INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL DA COMUNIDADE



3. DADOS SOBRE A INFRA-ESTRUTURA HABITACIONAL DA COMUNIDADE

3.1 A tipologia e a infra-estrutura habitacional

Ao visitar a comunidade pela primeira vez, chamou-me a atenção a dispersão na ocupação do território pela comunidade. Localizar os “povoados” descritos nos mapas, passou de uma tarefa aparentemente simples a exercício de sensibilidade. Mais tarde, ao ler a dissertação de mestrado da antropóloga Danielle Jatobá, percebi que compartilhávamos da mesma percepção. Ela descreve na introdução de sua tese de mestrado:

“ Outra questão surgiu do impacto da observação da forma de ocupação territorial da comunidade. Observei, com surpresa, que não enxergava as casas da estrada que vai de Monte Alegre ao Riachão, e que também não as enxergava quando naveguei o Rio Paranã, que corta a comunidade. Não há qualquer aldeamento ou vila em toda a extensão da área ocupada pela comunidade. As residências mantêm-se com um significativo afastamento e ficam invisíveis em meio ao cerrado. Revelava-se para mim, então, o segundo traço da estratégia social historicamente adotada por essa comunidade: a invisibilização.” (Jatobá, 2002).

De fato, esta questão está ligada à sobrevivência e à resistência cultural da comunidade. Não é um fato isolado. O fenômeno acontece com a maioria das comunidades quilombolas. Quer seja como produto da necessidade de não estar visível aos olhos dos bandeirantes e capitães do mato das minas de ouro de Goiás, quer seja como influência de sua ancestralidade africana. No estado do Maranhão o mesmo fenômeno acontece. Lá a formação dos quilombos não se deu por fuga dos africanos escravizados, mas sim pela necessidade de sobrevivência do grupo após terem sido abandonados pelos donos das fazendas extrativistas. Na comunidade Kalunga, devido à grande extensão do seu território, a dispersão é mais evidente.

A tabela a seguir mostra que há muitas localidades com baixo número de domicílios, espalhadas pelo território que possui mais de 250.000 hectares.

Tabela 15

Distribuição dos domicílios, segundo o povoado. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004.

Obs	Povoado	Número de Domicílios	Percentual
1	Engenho 2	77	8.71041
2	Maiadinha	63	7.12670
3	Diadema	50	5.65611
4	Sucuri	45	5.09050
5	Ribeirão	41	4.63801
6	Tinguizal	37	4.18552
7	Riachão	35	3.95928
8	Limoeiro	25	2.82805
9	São Pedro	25	2.82805
10	Taboca	25	2.82805
11	Barra	24	2.71493
12	Vargem Grande	23	2.60181
13	Buritizinho	19	2.14932
14	Capela	19	2.14932
15	Prata	19	2.14932
16	Areia	18	2.03620
17	Ema	18	2.03620
18	Congonha	15	1.69683
19	Curriola	15	1.69683
20	Gameleira	14	1.58371
21	Boa Sorte	13	1.47059
22	Buriti	13	1.47059
23	Côco	13	1.47059
24	Lagoa	12	1.35747
25	Vasantão	12	1.35747
26	Volta do Canto	12	1.35747
27	Carolina	11	1.24434
28	Córrego da Serra	11	1.24434
29	Altamira	10	1.13122
30	Bom Jardim	10	1.13122
31	Córrego Fundo	10	1.13122
32	Pedra Preta	10	1.13122
33	Vão das Almas	10	1.13122
34	Contenda	9	1.01810
35	Gonçalo Vão de Almas	9	1.01810
36	Parida	9	1.018
37	Capivara	8	0.905
38	Mochila	8	0.905
39	Terra Vermelha	8	0.905
40	Buriti Velho	7	0.792
41	Curral da Taboca	7	0.792
42	Barrinha	6	0.679
43	Bonito	6	0.679
44	Fazendinha	5	0.566
45	Jurema	5	0.566
46	Redenção	5	0.566
47	Salinas	5	0.566
48	Capim Puro	4	0.452
49	Paiol de Roda	4	0.452
50	Pé do Morro	4	0.452
51	Ursa	4	0.452
52	Taboquinha	3	0.339
53	Boa Esperança	2	0.226
54	Calda	2	0.226
55	Córrego do Forte	2	0.226
56	Faina	2	0.226
57	Chapadinha	1	0.113
58	Córrego de Areia	1	0.113
59	Fazenda Gerais	1	0.113
60	Mato Grosso	1	0.113
61	Pequizeiro	1	0.113
62	Sussuarana	1	0.113
		=====	=====
		884	100.000

Certamente a relação entre as casas e seus espaços exteriores, o uso do espaço comum e do espaço da família nuclear, aliado aos fazeres culturais intrínsecos da comunidade, foram também fatores relevantes na definição dessa forma de habitar o território. O professor Jaime Gonçalves de Almeida da FAU-UnB, em artigo acadêmico sobre os Kalungas, levanta a seguinte questão:

“Olhando atentamente para a implantação dessas moradias e suas relações com os espaços sociais da comunidade no território como um todo, depreende-se uma estratégia comum e lógica na ocupação extensiva de terras, articulada pela casa. Há, portanto, uma coerência entre o nível local, o da moradia, e o global, o do território. Terá sido essa articulação objeto de reflexão prévia (ou planejada) com tomada de decisão coletiva?” (ALMEIDA, 2005)

No diagrama montado pelo prof. Jaime Almeida (fig 16), podemos visualizar esse conceito de estratégia de ocupação.

Diagramas relativos à organização espacial do Kalunga tendo como centro a moradia ou a casa.

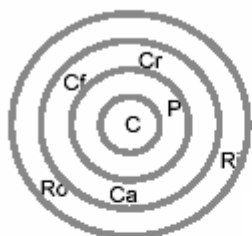


diagrama do nível local

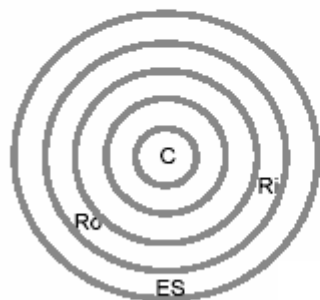


diagrama do nível global

Legenda:

C (casa principal); Ca (casa de agregado); Cf (casa de farinha); Cr (curral); ES (espaço sagrados); P (pátio); Ri (rio) e Ro (roça).

. Fig 16 – fonte: Paranoá – periódico eletrônico de arquitetura e urbanismo, vol 7. UnB, 2005

Em sua dissertação de mestrado, tendo como tema a comunidade quilombola de São Miguel dos Pretos, no município de Restinga Seca (RS), a Professora Luana Paré de Oliveira faz um estudo da organização social das etnias africanas, tendo como base a população Zulu de moçambique, no sudeste da África, e afirma:

“A observação da organização espacial das etnias africanas permite a identificação de um sistema comum de estruturação hierárquica do espaço familiar, reproduzida por todos os grupos dispostos no território étnico. Este sistema é baseado na centralidade da moradia do chefe (ou mãe do chefe, no caso Zulu), seguido pelas moradias dos familiares próximos (esposas, filhos, parentes), e circundado ou entremeado pelas áreas de produção (plantações, criação, serviços), comunais ou reservados a cada unidade familiar. Esta estrutura espacial permite uma visão das relações sociais e de trabalho estabelecidas nestas populações africanas, que podem ser demonstradas graficamente através de diagramas não figurativos, a fim de identificar a forma que estas relações são materializadas no território, como na Figura”.(OLIVEIRA, 2005)

DIAGRAMA ESPACIAL DAS RELAÇÕES DAS ETNIAS AFRICANAS ESTUDADAS.



Fig. 17 - Fonte: Dissertação de mestrado de Luana Parré de Oliveira, 2005

No diagrama construído pela prof. Luana Oliveira, são explicitados os níveis de relação entre cada situação espacial, isto é, entre moradias e áreas de produção e convivência, considerando-se a multiplicação destes núcleos na área ocupada, sendo o último nível espacial e relacional ocupado pelas fontes de água e elementos de uso comum do grupo, de acordo com as formas de produção da população. O nível externo do diagrama assemelha-se então ao último nível do diagrama construído pelo prof. Jaime Almeida, denominado de “Espaço Sagrado”. Em ambos os casos, este é o espaço comum, onde ocorrem os fazeres e manifestações culturais das duas comunidades: a Zulu e a Kalunga.

Se considerarmos também na comunidade Kalunga a reprodução deste núcleos familiares pela área do seu território, teremos uma rede na qual a intersecção dos últimos níveis do diagrama se configura em um espaço comum. Fazendo um exercício de visualização em perspectiva dessa rede de diagramas de núcleo familiares, poderemos visualizar a distribuição não linear da comunidade pelo seu território, como de fato acontece na comunidade Kalunga(fig. 18)

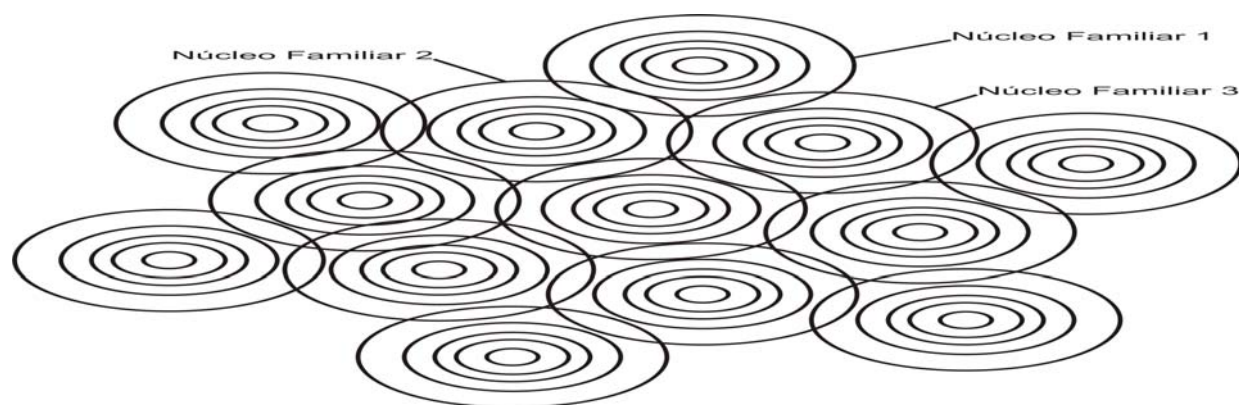
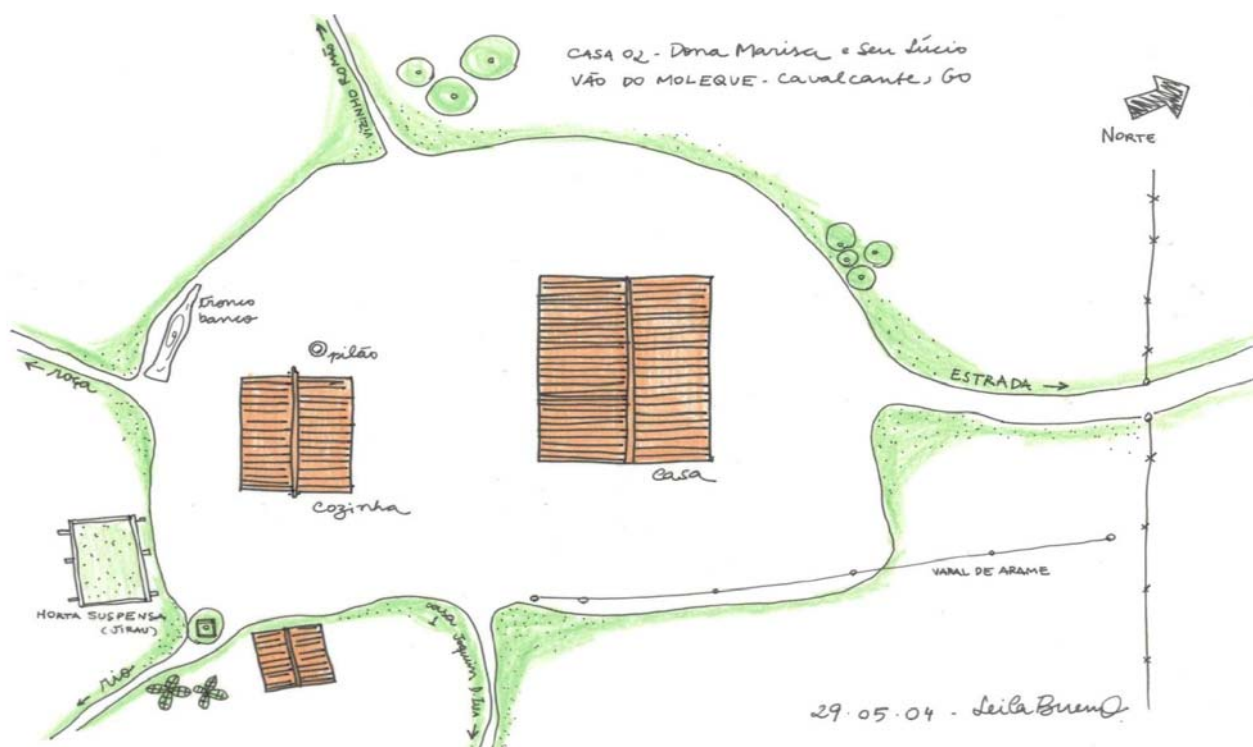
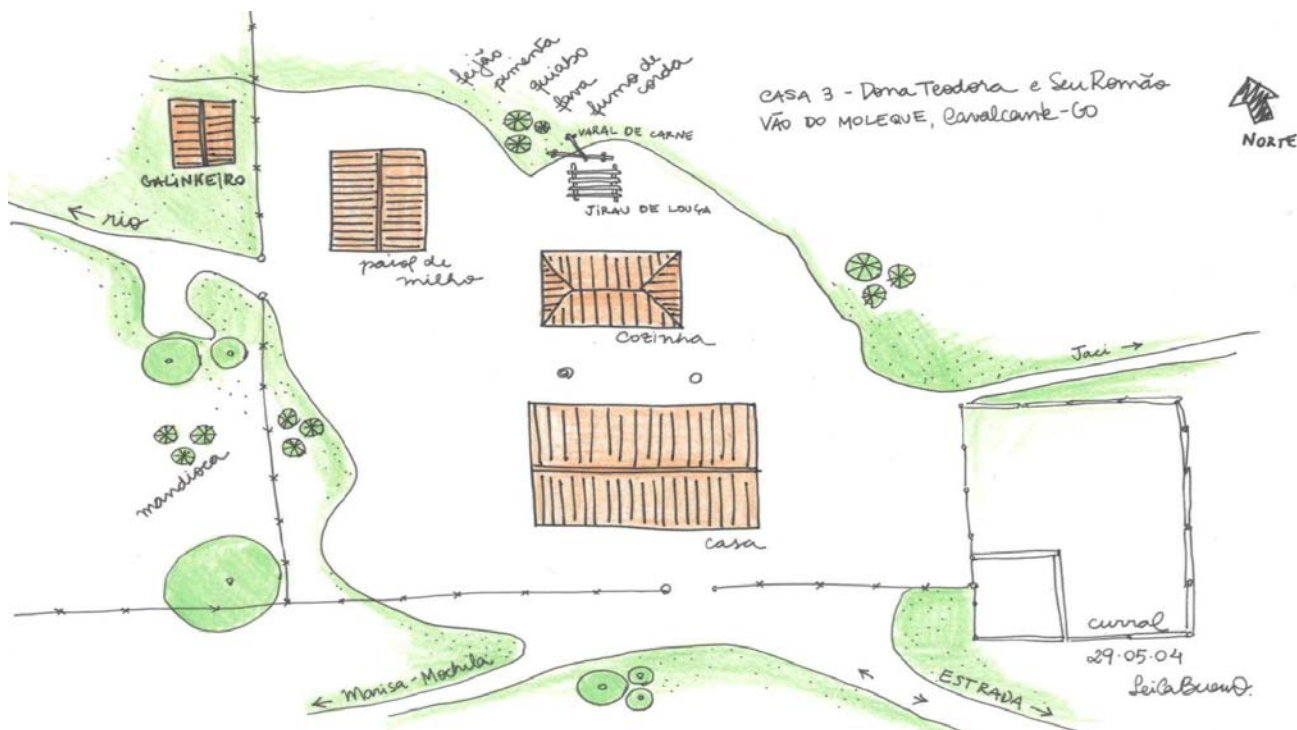


Fig 18 – Distribuição dos núcleos familiares no território em perspectiva- Arte Jonatas Barreto

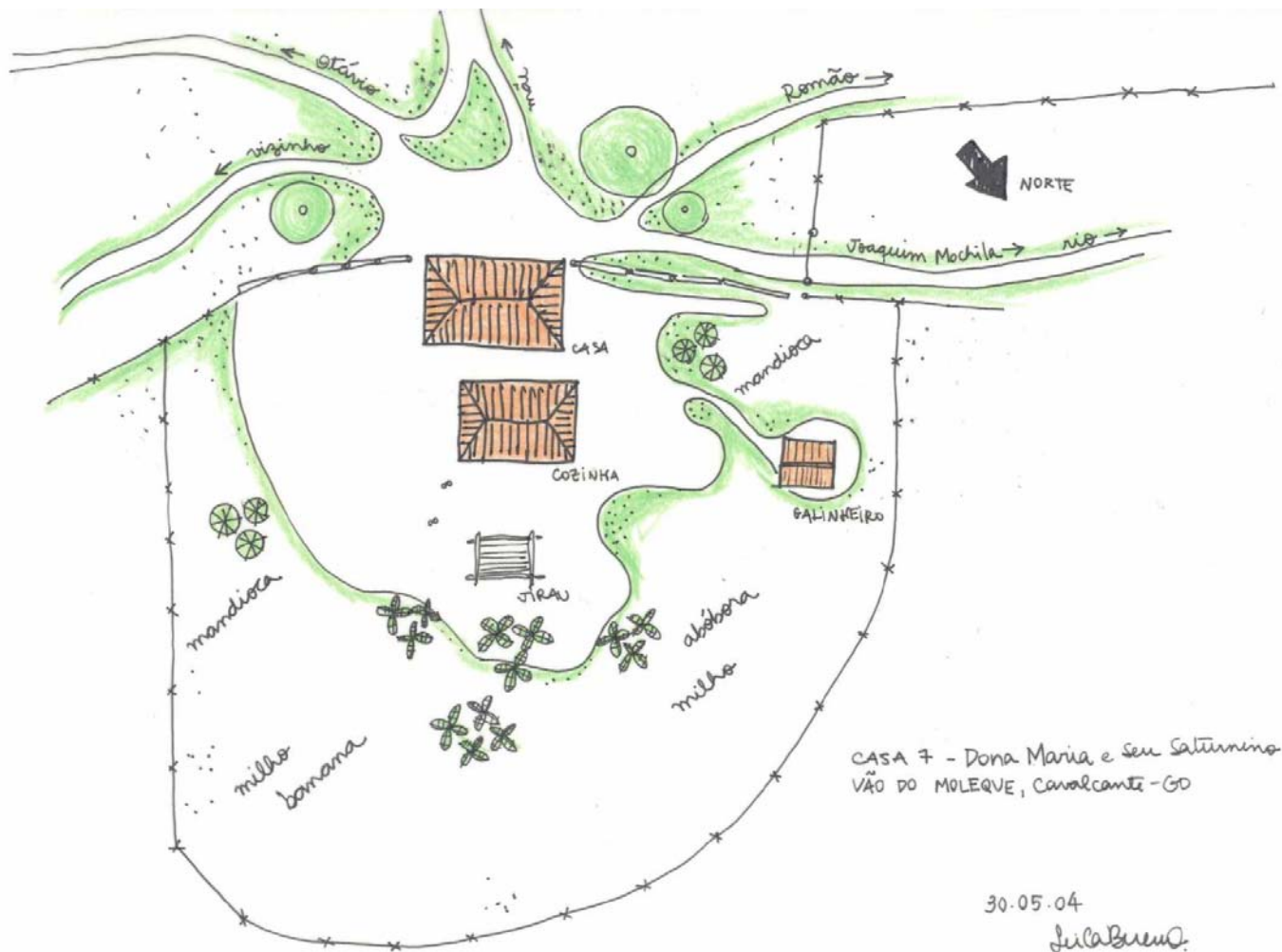
Em levantamentos realizados pela Fubra/Cantoar–UnB em 2004, foram elaborados croquis de levantamento in loco da implantação das casas da comunidade Kalunga. Nesses croquis, fica evidente a distribuição não linear dos núcleos familiares. Há vários caminhos que se originam na casa, levando a diferentes vizinhos, para o rio e para a estrada. (fig 19,20,21)



Mapa de Implantação 1 – Casa de Dona Marisa, Seu Lúcio – Vão do Moleque, Cavalcante-GO
Fig. 19 Fonte: Levantamento Fubra/Cantoar-UnB



Mapa de Implantação 2 - Casa no Vão do Moleque
Fig. 20 - Fonte: Levantamento Fubra/Cantoar-UnB



Mapa de Implantação 3 casa Dona Maria, Seu Saturnino - Vão do Moleque
 Fig. 21 - Fonte: Levantamento Fubra/Cantoar-UnB

Esta distribuição não linear das habitações pelo território, também é condicionada pelos acidentes geográficos e pelo traçado dos rios. Considero um elemento característico da tipologia habitacional da comunidade Kalunga que merece ser preservado. Toda intervenção para implantação de infra-estrutura no sítio histórico deve levar em conta esta característica peculiar da sua configuração espacial, principalmente na elaboração dos projetos para implantação de estradas, ruas, redes de distribuição de energia e abastecimento de água. O Prof. Jaime Almeida conclui em seu artigo:

“Com a introdução dos equipamentos de educação formal e de saúde, construções prediais, e as estradas de rodagem pelo Estado haverá naturalmente modificação substantiva naquela configuração espacial.” (ALMEIDA, 2005)

A casa Kalunga, enquanto edificação, núcleo dessa célula habitacional composta por vários espaços, pode ser enquadrada em dois tipos de categorias distintas: A tipologia tradicional e a tipologia híbrida. Caracterizo como tipologia tradicional, aquela em que a casa é construída pelas próprias pessoas da comunidade, usando técnicas tradicionais assimiladas pela tradição e história oral e desenvolvidas pela comunidade durante os séculos XIII, XIX e XX, além de materiais de construção extraídos do próprio território. Já a tipologia híbrida, é aquela em que a casa é construída mesclando-se técnicas tradicionais e outras usadas atualmente na construção popular, além do uso de materiais pré-fabricados e comuns no mercado da construção civil atual.

Por sua vez, a tipologia tradicional pode ser dividida em dois grupos diferentes de habitação: casas com parede de taipa, madeira ou fibra vegetal (foto 3) e casas com paredes de adobe, com ou sem esteio (fotos 4 e 5). As paredes de madeira, geralmente roliças ou de fibra vegetal, palha de buriti, são na verdade um primeiro estágio da parede de taipa. Já a parede de adobe, pode ser autoportante ou usada somente como vedação, sendo utilizada uma estrutura de troncos de madeira roliça. Em ambos os grupos, são usados telhados estruturados com madeira roliça e cobertos com palha, que pode ser a palha da Pindoba, pequena palmeira do cerrado, ou palha de Buriti.



Foto 3 – Casa de taipa. Fonte: Relatório Fubra/Cantoar-UnB. Crédito Rayssa Coe



Foto 4 – Casa de adobe estrutural. Crédito Jônatas Barreto



Foto 5 – Casa de adobe com estrutura em madeira

Fonte: Relatório Fubra/Cantoar-UnB. Crédito Rayssa Coe

A distribuição dos espaços internos da casa quase sempre são voltados para um corredor ou sala interna, tendo uma porta para a frente da casa e outra para a cozinha, que pode ser contígua à edificação principal ou separada (fig 22), (foto 6)

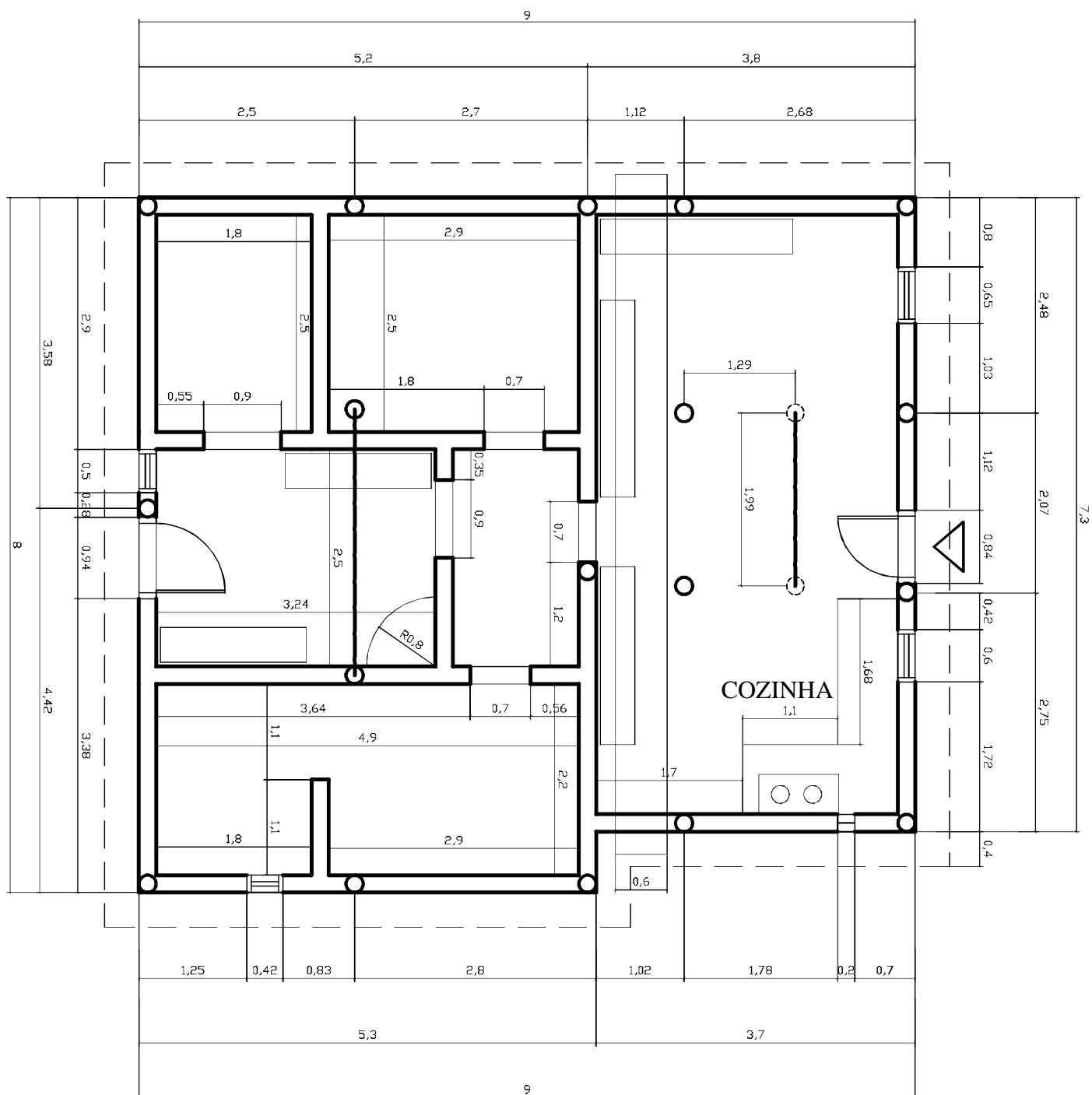


Fig 22 - Planta Baixa de Casa Kalunga de adobe c/ estrutura de madeira. s/ escala. Medidas indicadas em metros. Fonte: Levantamento Fubra/Cantoar-UnB



Foto 6 – Detalhe ventilação do fogão a lenha da cozinha – Crédito: Jônatas Barreto

A tipologia híbrida, quase sempre é resultado de reforma. Parte-se de uma casa de adobe com janelas de madeira e colocou-se janelas de aço, por exemplo. A aproximação de pessoas externas à comunidade, quer seja um parente que se mudou para a cidade e voltou, ou seja um turista, pessoas ligadas à igreja, ou às escolas acabam favorecendo, através de introdução de valores e recursos financeiros. Essas reformas também podem ser promovidas por programas de governo.

Essa categoria é mais comum nas localidades mais próximas às cidades de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre, onde é possível a entrega de material de construção através de um caminhão. Com a construção das escolas pelo MEC na localidade de Tinguizal, por exemplo, foi aberta uma estrada pelo exército que também propiciou a passagem de veículos pesados na região do Vão da Contenda.

As reformas mais comuns são a troca do telhado de palha por telha de fibrocimento ou telha cerâmica, e substituição das portas e janelas de madeira por esquadrias metálicas (fotos 6 e 7)



Foto 7 – Casa de adobe estrutural com telhado de cerâmica Crédito:Jônatas Barreto



Foto 8 – Casa em reforma para substituir esquadrias e telhado. Crédito:Jônatas Barreto

Os dados que serão mostrados a seguir mostrarão um perfil da habitação na comunidade. A maioria das casas da comunidade dos Kalunga abriga uma só família(tab.16). Isto pode ser explicado porque tradicionalmente, quando um filho se casa, uma nova casa é construída em uma área próxima à casa do Pai, e todos os vizinhos ajudam.

Tabela 16 Distribuição percentual dos domicílios, segundo o número de famílias, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPPIR/Fubra. 2004.

Número de Famílias	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
1	93.621	87.234	92.857	92.421
2	5.816	11.348	7.143	7.014
3	0.563	0.709	.	0.452
5	.	0.709	.	0.113
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

A respeito do porte dos domicílios, as Tabelas a seguir apresentam a distribuição do número de cômodos existentes por domicílio e a distribuição do número de cômodos que servem só de dormitório por domicílio.

Tabela 17 Distribuição percentual dos domicílios, segundo o número de cômodos existentes por domicílio, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPPIR/Fubra. 2004.

Número de Cômodos	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
.
0	0.201	.	.	0.119
1	5.231	3.676	2.871	4.394
2	18.511	14.706	16.268	17.340
3	18.310	22.059	12.440	17.458
4	17.304	19.118	21.053	18.527
5	16.499	17.647	22.967	18.290
6	14.688	16.176	17.703	15.677
7	5.433	2.941	3.828	4.632
8	3.219	2.941	2.392	2.969
9	0.402	.	0.478	0.356
10	0.201	0.735	.	0.238
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

Tabela 18 Distribuição percentual dos domicílios, segundo o número de cômodos existentes usados somente como dormitório por domicílio, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPPIR/Fubra. 2004.

Número de Cômodos só para dormir	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
0	0.201	.	.	0.119
1	42.857	31.618	33.493	38.717
2	28.773	37.500	23.445	28.860
3	18.511	21.324	23.923	20.309
4	8.451	8.088	17.703	10.689
5	0.604	1.471	1.435	0.950
6	0.604	.	.	0.356
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

O número médio de cômodos por domicílio é 4,13 (4,6 em Cavalcante; 4,3 em Monte Alegre; 4,1 em Teresina de Goiás), e o número médio de cômodos usados somente para dormir é a metade: 2,07 (2,0 em Cavalcante; 2,3 em Monte Alegre; 2,1 em Teresina de Goiás). Estes números são compatíveis com os resultados nacionais.

Os dados a seguir dizem respeito a características físicas das casas kalungas, com relação ao material das paredes, cobertura e piso. Segundo o levantamento realizado, a maioria das casas possui paredes de adobe (73,7%), cobertas com palha (78%) e com piso em terra batida (86%).

Tabela 19 Distribuição percentual dos domicílios, segundo as características predominantes das paredes, por município. Comunidade quilombola de Kalunga. Fonte SEPPPIR/Fubra. 2004.

Parede: material predominante de construção	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
adobe	74.749	50.000	86.603	73.697
alvenaria com reboco	1.804	19.118	0.957	4.384
alvenaria com tijolos à vista	3.206	15.441	1.435	4.739
outros materiais	18.637	13.971	10.048	15.758
tábua	1.603	1.471	0.957	1.422
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

Tabela 20 Distribuição percentual dos domicílios, segundo as características predominantes dos telhados, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPPIR/Fubra. 2004

Telhado: material predominante de construção	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
barro	7.258	30.657	12.857	12.456
fibrocimento (Eternite)	11.089	12.409	1.905	9.015
outros materiais	0.202	.	.	0.119
palha	81.048	56.204	85.238	78.055
tábua	0.403	0.730	.	0.356
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

Tabela 21 Distribuição percentual dos domicílios, segundo as características predominantes dos pisos, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Piso: material predominante de construção	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
acimentado	3.030	31.111	5.714	8.214
cimento	1.414	5.185	1.429	2.024
madeira	1.414	2.963	1.429	1.667
outros materiais	0.808	8.148	0.952	2.024
terra batida	93.333	52.593	90.476	86.071
	=====	=====	=====	=====
	100.000	100.000	100.000	100.000

Os dados a seguir são relativos ao saneamento básico das habitações. Embora incipiente, existem em algumas localidades água encanada por gravidade por exemplo.



Foto 9 – Água encanada por gravidade em riachão

Fonte: Relatório Fubra/Cantoar-UnB. Crédito Rayssa Coe

No que se refere ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, o destino do lixo e a existência de eletricidade, o quadro se apresenta muito longe do ideal. As Tabelas a seguir apresentam os resultados observados sobre as formas de abastecimento de água, canalização da água, existência de banheiros, esgotamento sanitário, existência de aparelhos hidráulicos, destinação do lixo e existência de eletricidade nas casas kalungas.

Na maioria das casas, a forma de abastecimento de água é por nascentes. Cerca de 17% das casas estão ligadas a uma rede de água (67 casas em Monte Alegre, 61 em Cavalcante e 16 em Teresina de Goiás). Apenas 25 casas têm poço ou cisterna.

Em apenas 42 casas a água utilizada chega canalizada em pelo menos um cômodo. Em 176 casas a água utilizada chega canalizada só até o terreno (fora da casa) e na grande parte dos casos (622 casas) não há canalização da água.

Tabela 22 Distribuição percentual dos domicílios, segundo a forma de abastecimento de água, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Forma de abastecimento	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
ligada à rede	12.32	11.94	31.90	17.16
nascente	74.14	59.70	41.43	63.65
outra forma	10.91	20.90	25.71	16.21
poço/cisterna	2.63	7.46	0.95	2.98
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	99.99	100.00

Tabela 23. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a canalização da água, por município. Comunidade quilombola de Kalunga. Fonte SEPPIR/Fubra. 2004

Forma de abastecimento	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
canalizada em pelo menos um cômodo	3.64	11.85	3.81	5.00
canalizada só no terreno (fora da casa)	16.57	12.59	36.67	20.95
não canalizada	79.80	75.56	59.52	74.05
	=====	=====	=====	=====
	100.01	100.00	100.00	100.00

Quase a totalidade das casas (94,3%) não têm banheiro com chuveiro e privada. Apenas 48 casas têm pelo menos um banheiro no domicílio. Essas casas estão concentradas em Teresina de Goiás (36 casas). Em Monte Alegre apenas 2 casas possuem banheiro. Dentre aqueles que não têm banheiro, 40 possuem “casinha” no domicílio, terreno ou propriedade. Desses, a forma de escoamento do esgoto é por uma vala a céu aberto ou fossa seca (buraco). Apenas 7 casas possuem fossa com sumidouro.

Tabela 24 Distribuição percentual dos domicílios, segundo a quantidade de banheiros existentes no domicílio, por município. Comunidade quilombola Kalunga. Fonte SEPIR/Fubra. 2004

Número de Banheiros	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
0	97.97	73.72	99.04	94.27
1	1.02	25.55	0.48	4.89
2	1.02	0.73	0.48	0.84
	=====	=====	=====	=====
	100.01	100.00	100.00	100.00

Sobre o lixo, em metade dos casos pratica-se a sua queima no próprio terreno (423 casos). Em quase 29,5% dos casos o lixo é jogado no terreno, e em 17,2% ele é queimado no buraco.

Tabela 25 Distribuição percentual dos domicílios, segundo a destinação do lixo doméstico, por município. Comunidade quilombola de Kalunga. Fonte SEPIR/Fubra. 2004

Destinação do lixo doméstico	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
outro destino	0.80	.	.	0.48
É enterrado no terreno	2.62	1.48	2.38	2.38
É jogado em rio ou lago	0.20	.	0.48	0.24
É jogado no terreno	25.75	21.48	43.33	29.45
É queimado no buraco	19.32	11.11	16.19	17.22
É queimado no terreno	51.31	65.93	37.62	50.24
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.00	100.01

Apenas 8,5% das casas possuem energia elétrica (71 domicílios). Essas casas estão localizadas, em sua quase totalidade (61), no povoado de Engenho II. As restantes estão em Limoeiro (5), Ema (2), Barra (1), Sucuri (1) e Vasantão (1).

Tabela 26. Distribuição percentual dos domicílios, segundo a existência de energia elétrica, por município. Comunidade quilombola Kalunga, Goiás. Brasil, 2004.

Existência de energia elétrica	Cavalcante	Teresina de Goiás	Monte Alegre	Total
Não	87.02	95.56	99.51	91.48
Sim	12.98	4.44	0.49	8.52
	=====	=====	=====	=====
	100.00	100.00	100.00	100.00

3.2 Intervenções para implantação de infra-estrutura habitacional no sítio histórico

A primeira visita oficial de um órgão do poder público à comunidade foi realizada pela FUNASA, através de sua divisão de controle e erradicação da malária, no início da década de 70. Foi também o Ministério da Saúde o primeiro órgão a implantar uma política habitacional, através da construção de casas de alvenaria em substituição às de taipa que propiciariam a existência do barbeiro, transmissor da doença de chagas. Essas residências, (foto 10), foram construídas em uma parcela da comunidade próxima à estrada, em número de uma dúzia de residências, que não resolvem o problema, e não guardam qualquer identidade com o restante da comunidade..



Foto 10 – Casa construída pela FUNASA – Crédito: Jônatas Barreto

3.2.1 Construção e melhoria de habitações: o Cheque Moradia e a Ação Kalunga

O Governo do estado de Goiás, através da AGEHAB – Agência Goiana de Habitação, implantou um programa destinado a promover a melhoria das habitações na comunidade Kalunga, Presenciei as obras financiads pelo programa em três localidades: Tinguizal, no município de Monte Alegre, Ema em Teresina de Goiás e Engenho II em Cavalcante. Como o Programa trabalha com materiais convencionais, a escolha dessas localidades viabilizam a execução do projeto, pelo fato de haver estrada de acesso que suporte o peso de um caminhão carregado com materiais de construção. O programa em questão trabalha de duas formas: construção de novas residências e reforma de residências já existentes.

O programa baseia-se na auto-construção, com acompanhamento técnico pelos técnicos da AGEHAB. Durante as visitas que fiz à comunidade não encontrei nenhum técnico dando orientação para a construção das casas. Aquelas que encontrei em obras, estavam paradas. E em uma delas especificamente, em Engenho II, o proprietário abandonou a construção e estava construindo uma outra casa de adobe.(fotos 11 e 12)



Foto 11 – obra inacabada programa da AGEHAB. Crédito: Jônatas Barreto



Foto 12 – obra inacabada programa da AGEHAB. Crédito: Jônatas Barreto

Fiquei me perguntando por que o programa não teria dado certo, apesar da casa não ter banheiro, utilizar materiais industrializados e destoar completamente da casa Kalunga tradicional. Quando pesquisei sobre o assunto, percebi que o problema poderia estar na forma de repasse de recursos. O programa é o Cheque Moradia. O proprietário recebe um cheque – uma ordem de pagamento de um determinado valor, dependendo se para construção ou reforma – que pode ser trocado por material de construção em uma loja de materiais de construção cadastrada, que entrega o material determinado e daí para frente haveria apenas a orientação técnica.

De volta à comunidade, fiquei sabendo através da conversa com um morador, aquele que tinha abandonado a casa de tijolo cozido para construir uma outra de adobe, e então soube a razão de tantas obras pela metade. Tratava-se de como o “Cheque-moradia” era negociado entre as lojas de material de construção e os quilombolas.

Ocorre que as lojas credenciadas nos três municípios, monopolizam a distribuição de material, e o cheque moradia se transformou em moeda de troca. O proprietário da casa entrega o cheque, e recebe em troca uma parte em dinheiro e algum material de construção, quase sempre inadequado, como janelas e esquadrias metálicas para colocação em casas de

adobe, no casa de melhoria da habitação. Além do mais, como geralmente o morador não tem recursos para realizar a reforma por si próprio, o material via de regra fica encostado próximo à casa, sem utilidade, aguardando que um dia haja recursos para se comprar o cimento, por exemplo, para se fazer a reforma, conforme se vê na foto a seguir, em uma casa na localidade de riachão. Essa prática tem causado um impacto social negativo na comunidade, pois acaba causando o endividamento do dono da casa, que acaba fazendo o “jogo” do dono da loja e pegando um “troco” em cima do valor do cheque moradia, utilizando para despesas pessoais e ficando sem condições de comprar o restante do material para o término da obra.. Estava elucidado o mistério da grande quantidade de materiais de construção encostados aos montes pertos das casas (foto 13), que deveriam ser reformadas.



Foto 13 – Casa com material do “cheque moradia” Crédito: Jônatas Barreto

O Governo Federal, através do Ministério das Cidades, da Secretaria Especial de Políticas Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR e da FUNASA, em conjunto com o governo do estado de Goiás, lançou o projeto Ação Kalunga, como parte do programa Brasil Quilombola. A Ação destinava-se a promover a realização de levantamentos físicos e sócio-culturais, a elaboração de projetos e a execução de obras de infra-estrutura, visando a melhoria da qualidade de habitação da Comunidade. Para tanto, se daria a implantação de novas habitações e melhoria daquelas já existentes, com a construção de sanitários, tratamento de esgoto e implantação de rede de abastecimento de água potável e de energia elétrica.

Como já estava desenvolvendo minha pesquisa de mestrado em Arquitetura e Urbanismo no programa de pós-graduação da FAU-UnB, tendo como tema a comunidade Kalunga, fui convidado pela Fubra-UnB para compor uma equipe para a coordenação dos trabalhos. O primeiro passo foi a elaboração de um termo de referência para a execução dos serviços, contemplando as diretrizes básicas de sustentabilidade da comunidade e respeito à tipologia tradicional de suas habitações.

O Presidente da república em pessoa esteve na localidade de engenho II, na comunidade Kalunga, município de Cavalcante(GO) no lançamento do programa, onde prometeu em seu discurso, a construção de mil e duzentas casas para os quilombolas. O Ministério das cidades efetuou um convênio com a Fubra, Fundação de apoio à pesquisa da Universidade de Brasília, tendo como agente fiscalizador e repassador de recursos a Caixa Econômica Federal, que teve como objeto a construção de quatrocentas casas. Já a FUNASA se comprometeu a implantar mil e duzentas unidades sanitárias, padrão daquele órgão, que se resumem em uma edícula contendo o banheiro com vaso sanitário, pia e chuveiro, que possui em sua área externo um avanço de cobertura contendo a pia de cozinha para lavagem de panelas e outros utensílios, e um tanque para lavar roupas. O sistema de esgotamento sanitário desemboca em uma fossa séptica e um sumidouro, construídos ao lado da edícula

Foi elaborado um termo de referência pela Fubra para nortear os trabalhos, que tinham como ponto-chave o uso de materiais locais e técnicas tradicionalmente desenvolvidas pela própria comunidade. As casas seriam construídas de tijolo de adobe,

onde seriam acrescentados os devidos aportes tecnológicos na melhoria desse material, para que houvesse assim uma troca de experiências técnicas e o uso de mão-de-obra da própria comunidade na construção das residências.

A Fubra estabeleceu parceria com o Cantoar – UnB para a execução de levantamentos sobre a tipologia habitacional dos Kalungas e a elaboração do projeto de habitação. Estabeleceu também parceria com o CIGA – UnB para executar o laudo territorial e mapeamento do sítio histórico Kalunga.

Com o projeto arquitetônico já definido, foram realizadas viagens à comunidade para apresentação dos projetos e discussão com as lideranças. (fotos 14,15,16)) nessas reuniões, além da presença do autor do projeto, o professor Jaime Almeida, também estavam presentes os técnicos da Funasa. É que fazia parte do projeto também a instalação de uma edícula contígua à casa, ligada apenas por uma cobertura, onde ficaria o banheiro, tanque e pia de lavagem. A Funasa tem um padrão para a execução dessas edículas sanitárias que precisa ser respeitado para a aprovação do projeto. Foi realizada uma série de reuniões durante quatro dias, nos municípios de Teresina de Goiás e Monte Alegre, abrangendo as localidades de Ema, Limoeiro, Tinguizal e Diadema.



Fotos 14 e 15 – Apresentação do projeto aos Kalungas Crédito: Jônatas Barreto



Fotos 16 – Apresentação do projeto aos Kalungas Crédito: Jônatas Barreto

O quarto trabalho de campo deu-se em maio de 2004, acompanhando também os técnicos da Fubra, Funasa e Ministério das cidades, para apresentação do projeto de melhorias habitacionais na comunidade, através de maquete sólida do projeto de habitação unifamiliar a ser construída. Foi realizada uma série de reuniões durante quatro dias, nas localidades de Engenho II, Capela e Maiadinha, no vão do muleque, município de Cavalcante.

Durante essas viagens, também eram feitos os cadastramentos de pessoas da comunidade que estivessem interessadas em trabalhar no projeto. Havia cadastramento para pedreiros e ajudantes que tivessem experiência na fabricação e no assentamento de tijolos de adobe. O projeto inicial sofreu mudanças, mas suas características de distribuição dos cômodos foi mantida. O projeto previa a possibilidade de aumento da casa. E era essa a idéia: que os próprios kalungas pudessem aumentar a casa depois, com a adição de mais um ou dois quartos. A maquete usada para apresentar e discutir o projeto com os moradores, tinha um módulo de aumento, para demonstrar a versatilidade do projeto.

No termo de referência, parte dos recursos do projeto seriam utilizados no que se denominava de “mobilização social”. Basicamente eram os recursos destinados a desenvolver um trabalho de conscientização e mobilização da comunidade, para que ela se

envolvesse com o projeto. Fazia parte do projeto também a criação de um canteiro-escola, destinado a promover uma troca de conhecimentos. Os pedreiros kalungas mais experientes ensinariam a técnica do adobe para os mais novos. Isso formaria a mão-de-obra necessária para o sucesso do projeto.

Além disso, parte dos recursos também seriam destinados à realização de um censo sócio-cultural prévio, para se ter uma idéia mais clara da real necessidade de habitações no território. Sem esse censo não se teria idéia de quantas casas necessitariam ser reformadas, e quais seriam essas reformas. Os números que se tinha eram especulativos: 400 casas novas e 800 casas reformadas. Nunca soube como chegou-se a esses números. O ministério das cidades se limitava a dizer que eram informações das prefeituras dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre.

Porém, o instrumento de repasse da Caixa Econômica Federal, era com relação à execução de ações relativas ao programa Morar Melhor, que não suportava outras atividades que não estivessem ligadas à execução das obras de construção da casa em si. Assim não poderiam ser realizados os levantamentos prévios do censo sócio-cultural, e nem o principal: o trabalho de mobilização da comunidade. O contrato com a CEF foi assinado no dia 14 de junho de 2004, e o censo sócio-cultural foi realizado com outra fonte de recursos, sob a coordenação da SEPPIR, somente em Novembro de 2004.

A Fubra instalou seu escritório central na cidade de Teresina de Goiás, e iniciou-se a montagem do canteiro de obras na localidade de Limoeiro, onde seria construída a casa protótipo. Porém, pelo plano de trabalho aprovado pela Caixa, 5 casas teriam de ser entregues até final de julho para que a verba fosse liberada. Nesse ponto, é que o projeto começou a tomar o rumo diverso do que estava previsto. Além da não haver mobilização da comunidade, também não se teria tempo de formar mão-de-obra com a construção do protótipo, nem de ter o retorno da comunidade quanto às questões que não ficaram claras na maquete. Quando as obras começaram, fui perdendo contato com os trabalhos, que agora tinham que ser coordenados do escritório em Teresina, e o curso de mestrado me demandava presença na UnB. Assim, me vi impossibilitado de fazer o acompanhamento técnico do projeto, que continuei acompanhando apenas como parte da pesquisa de mestrado, em trabalhos de campo.

Em minha quinta viagem, em junho de 2004, acompanhei os técnicos da Fubra e do Ministério das Cidades, encarregados de iniciar a instalação do canteiro de obras para início das primeiras casas de adobe, na localidade de Limoeiro, no município de Terezina de Goiás. Presenciei nessa oportunidade, a formação de uma equipe destinada a implantar o canteiro-escola, que fazia parte do projeto à época, destinado a dar formação aos quilombolas para participarem da construção de suas casas e ao mesmo tempo trocar experiências da fabricação do adobe com os mestres de obras da comunidade. Presenciei ainda a abertura das valas para as fundações das primeiras casas e a fabricação das primeiras peças de tijolo de adobe. (fotos 17, 18 e 19)



Foto 17 – Fabricação(secagem) dos tijolos de adobe da casa de adobe do Ação Kalunga em limoeiro Crédito: Jônatas Barreto

Em minha próxima viagem para trabalho de campo, visitei as obras de construção das cinco primeiras casas de adobe na localidade de Limoeiro. Presenciei a visita técnica de fiscalização de técnico da Caixa Econômica Federal às obras, que se encontravam em estágio de colocação do telhado em duas das casas e levantamento de alvenaria de adobe das outras três.



Foto 18 – Fundações em pedra da casa de adobe do Ação Kalunga em limoeiro
Crédito: Jônatas Barreto



Foto 19 – Baldrame e paredes da casa de adobe do Ação Kalunga em limoeiro
Crédito: Jônatas Barreto

A última viagem de pesquisa de campo, foi realizada somente em julho de 2005. As casas de adobe da localidade de limoeiro, estavam acabadas e ocupadas. Conversei com os novos moradores e realizei levantamento fotográfico (fotos 20, 21 e 22). Notei que foram adicionadas estruturas de madeira, que não estavam previstas no projeto, nos cantos das casas. Vim a saber mais tarde que eram reforços colocados por precaução pelos engenheiros consultores da Fubra, porque os tijolos de adobe feito às pressas para seguir o cronograma da Caixa, não tiveram nem mesmo a resistência que os tijolos tradicionais Kalungas têm. Outro fator relevante é que o mestre-de-obras responsável pelo adobe, apesar de ser um Kalunga, era de outra região, onde o solo é diferente, e pode ter dosado a mistura erroneamente. Também não foi feito o controle da fabricação dos tijolos, como estava previsto no termo de referência.



Foto 20 – Casa de adobe do Ação Kalunga em limoeiro Crédito: Jônatas Barreto



Foto 21 – Moradores de casa do Ação Kalunga em limoeiro Crédito: Jônatas Barreto



Foto 22 – Vista lateral de casa de adobe do Ação Kalunga em Limoeiro
Crédito: Jônatas Barreto

Em visita ao vão do muleque, presenciei a construção das casas que utilizam alvenaria de solo-cimento, algumas já estavam prontas, porém ainda não habitadas. Um dos futuros moradores me levou para ver a sua casa nova. Notei também que houve mudanças internas no projeto, com a retirada do fogão a lenha da sala e construção de uma parede baixa, formando um espaço que se poderia considerar uma copa. Visitei a estrutura montada para o canteiro de obras de fabricação dos tijolos de solo-cimento. Notei que a matéria prima, a terra, vinha em caminhões provenientes de outra localidade, o que explicava também as valas abertas pelos pneus dos caminhões pesados nas estradas.



Foto 23 – Casa de solo-cimento do Ação Kalunga em vão do moleque

Crédito: Jônatas Barreto

A decisão pela mudança de tijolo de adobe para tijolo de solo-cimento provavelmente foi causada pela insegurança devido ao resultado dos tijolos de adobe usados nas cinco primeiras casas. Mas se o adobe não fosse seguro, todas as casas de nossas cidades do período colonial estariam em ruínas. E não é o que acontece. O tijolo de solo-cimento, apesar de ser também um técnica de terra crua, não tem nenhuma identidade cultural com a comunidade. Exige também uma porcentagem exata de areia e argila, sem a qual o tijolo não desforma da máquina. Daí que é necessário transportar a terra de um determinado, e raro, local que tenha essa dosagem, para o local da obra, o que também causa buracos nas estradas causados pelos caminhões pesados. Outro ponto desfavorável do solo-cimento é que exige um canteiro de obras maior e com área coberta para secagem.



Foto 24 – Canteiro de obras de solo-cimento do Ação Kalunga em vão do moleque
Crédito: Jônatas Barreto

Por usar ferragem vertical para o assentamento dos tijolos e utilizar máquinas na sua fabricação que necessitam de manutenção, não vejo como os quilombolas possam se apropriar dessa tecnologia para seguir construindo suas casas., Esse era um dos pontos

fortes do termo de referência, sendo que o projeto arquitetônico prevê a expansão da residência, justamente porque ela sendo de adobe, os próprios moradores da comunidade poderiam fazer o aumento.



Foto 25 – Canteiro de obras de solo-cimento do Ação Kalunga em vão do moleque
Crédito: Jônatas Barreto



Foto 26 – Placa de obra da instalação da rede de energia elétrica

Crédito: Jônatas Barreto

3.2.2 Implantação de redes de energia elétrica, abastecimento e distribuição de água

A CELG – Companhia de eletricidade de Goiás, implantou rede de energia elétrica na localidade de Engenho II e tem como meta levar essa rede à maioria das localidades da comunidade. A rede que atende a comunidade tem 14,8 quilômetros de alta tensão e 3,5 quilômetros de baixa tensão. Setenta e duas residências da comunidade, foram beneficiadas com energia elétrica.

A Celg também foi responsável pela instalação interna das casas, que contam com três pontos de lâmpada e um de tomada. Até o momento, foram investidos R\$ 197.939,53, sendo que R\$ 29.690,93 foram da Celg e do Governo de Goiás e o restante do programa Luz para Todos, do governo federal. Já em construção, a extensão da rede deve custar R\$ 89,6 mil.

Ocorre que, para a fixação do posteamento para a rede, é usado um caminhão pesado que vai abrindo novos caminhos por entre as casas no vilarejo, e fixando os postes por onde passa, abrindo assim novas ruas, e mudando a configuração espacial da comunidade, além de alterar a paisagem, que os Kalungas deixaram intacta por mais de

duzentos anos, e que certamente deverá ter um impacto negativo no meio ambiente e na vivência cultural da comunidade.

A implantação de rede de energia em sítios históricos tombados, prescinde de um planejamento cuidadoso. Assim foram implantadas as redes de energia das cidades históricas e logradouros públicos de centros históricos tombados em conjunto. A implantação de rede de energia elétrica no sítio histórico Kalunga mereceria o mesmo tratamento.



Foto 27 – Caminhão usado na instalação dos postes Crédito: Jônatas Barreto

A rede de abastecimento de água no vão do moleque em Cavalcante até julho de 2005 não havia sido implantada, mas já causava impacto ambiental negativo. Foram iniciados os trabalhos em vão do moleque, com a abertura de valas. Porém a obra estava paralisada e as valas abertas estavam se transformando em erosão.



Fotos 28 e 29 – Obra paralisada virando erosão Crédito: Jônatas Barreto

Ao viajar pelas estradas no vão do moleque, deparei-me com valas abertas para instalação de rede de abastecimento de água, que já se transformavam em grandes erosões sem, no entanto, haver nenhum movimento de trabalho, ou seja, as obras estavam paralisadas. Foi então que percebi os indícios de alteração na paisagem promovidos pela implantação da infra-estrutura habitacional no território Kalunga. Ao visitar novamente a localidade de Engenho II, notei ao longe, ao chegar, que se destacavam na paisagem os postes de concreto fincados nos morros, e ao me aproximar constatei que estavam sendo construídas novas habitações seguindo o traçado adotado pelos técnicos na instalação da rede. As novas casas, dos filhos dos quilombolas que se casam, que geralmente eram construídas perto das casas dos pais, agora eram levantadas próximas à rede elétrica, onde já havia uma rua aberta pelo caminhão durante a instalação dos postes.



Foto 30 – Os postes concorrendo com a paisagem. Crédito: Jônatas Barreto

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os mais de duzentos anos de abandono a que foi relegada a comunidade Kalunga e outras comunidades remanescentes de quilombo no Brasil, criaram um enorme fosso entre o poder público e essas comunidades. Embora seja urgente a necessidade de se levar os serviços públicos a esses locais, também há que se ter, por parte dos agentes envolvidos, uma sensibilidade que torne possível uma intervenção física menos traumática, que não descaracterize culturalmente aquelas comunidades.

É certo que é necessário levar a cidadania a esses brasileiros afro-descendentes, que participaram da construção do País e foram, através de uma política claramente intencional de descaso e esquecimento, largados à própria sorte, sofrendo a invasão de suas terras por grileiros, sendo desrespeitados em suas mais básicas necessidades. Mas é certo também que, graças a uma forte identidade étnico-cultural comunitária, essas comunidades conseguiram sobreviver até os dias de hoje. Há que se respeitar essa força ancestral, e compartilhar com eles os conhecimentos tradicionais na implantação desses novos serviços, e não impingir-lhes o mesmo tratamento dado aos assentamentos de trabalhadores rurais, sem essa identidade étnica que lhes é tão cara e necessária.

É louvável o reconhecimento pioneiro por parte do Governo Federal, através da SEPPIR, Ministério das Cidades e Fundação Cultural Palmares do MinC, dos direitos de cidadania dessas comunidades negras rurais, dando uma demonstração de vontade política explícita, com a primeira visita de um Presidente da República a uma comunidade quilombola, mobilizando todo o aparato governamental em uma ação sem precedentes na história brasileira.

Porém, quando estas ações não são precedidas de um estudo sério sobre as possíveis intervenções no território da comunidade como um todo, direcionando todas as atividades no sentido de se minimizar os seus impactos, corre-se o risco de, por exemplo, dar a um projetista de rede elétrica, o poder de definir os vetores de crescimento daquela comunidade, já que o fato da rede elétrica ser implantada em uma determinada direção acaba sendo um condicionante para a implantação de novas moradias na comunidade.

Tomando como referência essas conclusões, é necessário tecer considerações e fazer recomendações: à comunidade; aos órgãos de governo responsáveis pela implementação de

políticas públicas; a outras organizações da sociedade interessadas no tema, sobre as seguintes questões entre outras:

- A reprodução da tipologia habitacional tradicional na construção de novas moradias com o aporte tecnológico necessário;
- A manutenção da forma de ocupação espacial e do uso do solo tradicionais, na implantação de infra-estrutura;
- O respeito aos fazeres culturais da comunidade nas definições de quaisquer intervenções no território quilombola;
- A preocupação com a mitigação dos impactos ambientais, físicos e culturais, nas fases de projeto e de obras na implantação de infra-estrutura no território quilombola.

A seguir, apresento um quadro sintético dos vários indícios de impactos negativos detectados nas recentes ações desenvolvidas para melhoria da infra-estrutura habitacional da comunidade Kalunga.

Ação / Infra-estrutura	Extensão do território	Indícios de impactos negativos detectados
- Implantação da rede de energia elétrica	Localidade de Engenho II, em Cavalcante, e Ema, em Teresina de Goiás	- Locação do posteamento desconsiderando os caminhos tradicionais da comunidade. - Desmatamento de áreas próximas a rios e nascentes. - Direcionamento do crescimento do povoado sem considerar os aspectos sócio-culturais da comunidade
- Implantação de rede de distribuição de água	Vão do Moleque	- Abertura de valas e paralisação das obras, causando processo erosivo próximo a nascentes e áreas de recarga de aquíferos

<p>- Implantação de projeto de melhoria habitacional pela AGEHAB. O “Cheque Moradia”</p>	<p>Localidades de Engenho II, Limoerio, Emma, e Vão da Contenda</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de características tradicionais das habitações - Promoção de substituição inadequada de materiais e elementos da habitação, com baixo nível de conforto ambiental. - Promoção de impacto social, com o endividamento do proprietário e paralisação da obra.
<p>Projeto de Melhoria Habitacional “Ação Kalunga”, construção de novas habitações de adobe e Módulo sanitário</p>	<p>Localidade de Limoeiro, município de Teresina de Goiás.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de características da habitação tradicional. - Falta de mobilização social com a comunidade - Módulos sanitários em desacordo com a cultura da comunidade, e falta de sensibilização para o uso correto.
<p>Projeto de Melhoria Habitacional “Ação Kalunga”, construção de novas habitações com sistema de tijolos em solo-cimento.</p>	<p>Localidade de Vão do Moleque, município de Cavalcante</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração de características da habitação tradicional. - Falta de mobilização social com a comunidade - Módulos sanitários em desacordo com a cultura da comunidade, e falta de sensibilização para o uso correto. - Tecnologia em desacordo com os conhecimentos tradicionais da comunidade. - Baixa possibilidade de apropriação da tecnologia pela comunidade.(uso de ferros de construção e de máquina para moldagem dos tijolos que exige manutenção) - Impacto no território e estradas com a extração e transporte do material com as

		<p>características apropriadas para a moldagem dos tijolos, em caminhões pesados.</p> <p>- Canteiro de obras com dimensionamento que pode afetar a paisagem e o uso dos espaços comuns da comunidade.</p>
--	--	---

4.1 - Considerações para elaboração de um termo de referência para implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades quilombolas

A seguir, descrevo os tópicos contendo os elementos necessários para a elaboração de termo de referência, para ser usado em casos análogos aos do Sítio histórico Kalunga. Os itens referem-se a cuidados prévios que têm que ser tomados para a implantação de infra-estrutura habitacional em comunidades tradicionais quilombolas em todo o território nacional.

Mapeamento do território

- Realização de pesquisa sobre a formação do território da comunidade, elementos culturais e condicionantes que interagiram para sua manutenção;
- Levantamento de material cartográfico, aerofotogrametria, imagens de satélite e outras formas de mapeamento que auxiliem no reconhecimento dos aglomerados já existentes e possam dar a dimensão exata das possíveis necessidades de expansão, localização dos recursos hídricos, estradas de acesso e outros elementos que sejam imprescindíveis para a comunidade sob o aspecto de sobrevivência e de manutenção de sua cultura;
- Realização de estudos sobre as áreas de maior concentração demográfica, onde possam ser indicados possíveis direcionamentos para o crescimento desses aglomerados, através da previsão de possíveis impactos com a implantação da infra-estrutura, na fase de projeto, na fase de implantação e na sua operacionalização, indicando a necessidade de planos de manejo e opções locais de implantação do empreendimento;

Pesquisa de campo para elaboração de projetos

- Realização de registro fotográfico das habitações existentes e levantamento das dimensões e tipologia dos espaços internos, técnicas construtivas, soluções arquitetônicas vernaculares e suas relações com a cultura da comunidade e suas necessidades, procurando definir padrões utilizados e que possam ser reproduzidos, para que haja uma identificação cultural dos quilombolas com as novas habitações;
- Pesquisa e levantamento sobre os materiais utilizados para a construção das habitações, realização de ensaios de resistência desses materiais, sempre procurando, através da adição de novas tecnologias, adequar esse material às novas condições que possam proporcionar soluções estruturais, estéticas e de conforto ambiental favoráveis, sem no entanto alterar a relação do homem com sua habitação tradicional;
- Mapeamento dos espaços externos, comunitários e individuais, suas interrelações e desses com o meio-ambiente, sua evolução durante determinado período e análise dos impactos sofridos;
- Realização de seminários presenciais para apresentação dos projeto à comunidade
- Sistematização das informações colhidas durante os seminários com a comunidade

Projeto arquitetônico de habitação

- Elaboração de ante-projeto básico para apresentação às lideranças da comunidade, através de elementos de apresentação como maquete escala 1:25, desenhos e outros recursos disponíveis
- Elaboração de projeto arquitetônico contendo planta baixa, cortes, elevações, planta de cobertura, detalhes construtivos e outras representações necessárias ao bom entendimento do projeto, de acordo com as normas específicas da ABNT, especificação dos materiais e revestimentos de piso, parede, teto e cobertura, esquadrias, louças e metais.
- Elaboração de projetos complementares (instalações de eletricidade, água e esgotos e estrutura) contendo planta baixa, cortes, elevações, detalhes construtivos e outras

representações necessárias ao bom entendimento do projeto, de acordo com as normas específicas da ABNT.

Construção de novas habitações

- Locação das habitações a serem construídas, de acordo com a orientação das lideranças da comunidade.
- Construção de unidades habitacionais através da utilização de mão-de-obra formada por um canteiro-escola e utilizando-se também a experiência dos habitantes mais velhos no tratamento dos recursos naturais como matéria-prima para os elementos construtivos a serem utilizados.
- Controle tecnológico do material a ser utilizado, com o envio de corpos-de-prova a laboratórios de análise para que se verifiquem a composição dos materiais, resistência, impermeabilidade e outras características necessárias.
- Controle tecnológico através da adição de produtos ou técnicas de fabricação que possibilitem a melhoria das características dos materiais a serem utilizados.
- Construção das habitações seguindo-se as especificações contidas no projeto arquitetônico aprovado pela comunidade, com acompanhamento técnico de profissional da área de arquitetura e/ou engenharia civil, e sob a fiscalização dos órgãos governamentais competentes.
- Construção de uma primeira casa como protótipo, utilizando a mão-de-obra dos alunos do canteiro-escola, para aprovação pela comunidade.

Projetos de Rede de Energia Elétrica.

- Locação de postes respeitando-se os caminhos tradicionais da comunidade.
- Estudo de viabilidade para instalação de rede subterrânea, conforme o caso.
- Estudo de viabilidade de instalação de padrão aéreo na entrada das casas.
- Estudo de viabilidade de instalação de padrão subterrâneo na entrada das casas.
- Estudo de localização de transformadores
- Uso de transformadores não poluentes, que utilizem óleo mineral como lubrificante.

Projetos de Rede de Abastecimento de Água.

- Locação da rede de distribuição respeitando-se os caminhos tradicionais da comunidade.
- Estudo de viabilidade para a captação de água em manacias existentes.
- Estudo de viabilidade para a perfuração de poço artesiano.
- Estudo de viabilidade de instalação de padrão subterrâneo na entrada das casas.
- Estudo de localização de reservatórios, em locais em que não aja interferência na paisagem

Projetos de Rede de Esgotamento Sanitário.

- Locação da rede de coleta respeitando-se os caminhos tradicionais da comunidade.
- Estudo de viabilidade para a instalação de rede condominial de captação de esgoto..
- Estudo de impacto ambiental para a localização da unidade de tratamento de esgoto, levando-se em conta as bacias hidrográficas da região.
- Estudo de viabilidade de instalação de fossas sépticas e sumidouros, com estudo de profundidade de sumidouro e permeabilidade do solo.

Projetos de sistema de Coleta de Lixo

- Estudo de impacto ambiental para localização de aterro sanitário, quando for o caso.
- Estudo da viabilidade de coleta seletiva de lixo: lixo orgânico e inorgânico.
- Estudo de viabilidade para o transporte do lixo quando não for viável o aterro sanitário.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Jaime Gonçalves de. *A organização espacial e ocupação territorial no Kalunga: a moradia como efetivadora*. In Paranoá – Periódico Eletrônico de Arquitetura e Urbanismo da UnB, no sitio www.unb.br/FAU Brasília, 2005.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Território das Comunidades Remanescentes dos Antigos Quilombos no Brasil*. Brasília, Ed. Mapas, 1999.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ARAÚJO, Ubiratan castro de. *Conexão Atlântica: história, memória e identidade*. In Revista da FAEEBA ano 13 num. 19, Salvador, 2003

ARGAN, Giulio Carlo. *Sobre o conceito de tipologia arquitetônica*. In: ARGAN, G.C. *Projeto e destino*. São Paulo: Ática, 2000. p.65-70.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. *Kalunga: povo da terra*. Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria dos Direitos Humanos. 1999

BARRETO, Jônatas Nunes (org.). *Preservação e Restauração de Sítios Históricos e Lugares Sagrados da Cultura Afro-brasileira*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2002.

CASTRO, Sônia Rabello de. *O Estado na Preservação dos Bens Culturais*. Rio de Janeiro, Renovar, 1991

CURADO, Amir. *Corumbá de Goiás Estudos sociais*. Brasília. Editora Ser. 2ª ed. 1997.

DENYER, Susan. *African Traditional Architecture*. Heinemann, London

ECKBO, Garreto. *Notas de aula da AUP 811 – paisagismo FAUUSP*

FCP – Fundação Cultural Palmares. *Relatório de Identificação e Reconhecimento Territorial das comunidades Kalunga*. Brasília, 1998

FINEP-GAP. *Habitação popular/ Inventário da ação governamental*. Rio de Janeiro, 1983

FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. Porto Alegre, Ed. Movimento. 1971

FUBRA – CIGA / UnB. *Projeto Ação Kalunga – Laudo da Organização Territorial*. Brasília, 2004

FUBRA – Cantoar / UnB. *Brasil Quilombola – Levantamentos Riachão, Vão de Almas, Vão do Moleque*. Brasília, 2004

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - Agência Goiana de meio ambiente – *Informações sobre sítios protegidos no Estado de Goiás*. 2005

JATOBÁ, Danielli. *A comunidade Kalunga e interpelação do Estado: da invisibilidade à identidade política*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, 2002.

JOÃO DE BARRO, JB *Repórter*, p. 10-11. Porto Alegre, nov. 2000.

LEITE, Ilka Boaventura. *Introdução*. In: RIO GRANDE DO SUL. *Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social; CODENE. Proposta de diretriz de política para as comunidades remanescentes de quilombos*. Porto Alegre, 2000. Não publicado.

MAGNOLI, Miranda M.E.M – *Espaços livres e Urbanização: Uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. Tese de Livre Docência, FAUUSP, 1982.

MARTINEZ, A.C. *Ensaio sobre projeto*. Editora UnB, Brasília, 2000.

MASCARÓ, Juan Luís. *Manual de loteamentos e urbanizações*. Porto Alegre: Sagra DC Luzzatto, 1994.

MASCARÓ, Juan Luís. *Infra-estrutura Habitacional Alternativa*. Porto Alegre: Sagra, 1991.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário – *Informações sobre comunidades tradicionais*. 2005

MEC; Secretaria de Educação Fundamental. *Uma história do povo Kalunga*. MEC, SEF, 2001.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões de senzala, quilombos, insurreições*. Ed. Ciências Humanas, S. Paulo, 1981

MUNANGA, Kabengele. "Identidade, Cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil". In: QUINTAS, Fátima (org) *O negro: identidade e Cidadania. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro*, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Editora Massangana. 1995

MUNANGA, Kabengele. *100 anos de bibliografia sobre o negro no Brasil*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2001

NASCIMENTO, Abdias do. *O Quilombismo*. Brasília, Fundação Cultural Palmares, 2002.

NUER / Fundação Cultural Palmares. *BOLETIM INFORMATIVO NUER*. Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Florianópolis:, v.1, n.1, 1997. 2 ed.

NUNES, Jean C. R. O direito constitucional de propriedade das comunidades remanescentes de quilombos. **Textos e Debates**, Florianópolis: NUER, UFSC, n.8, 2000.

OLIVEIRA, Leila Bueno de. *Levantamento de Moradias Tradicionais no Kalunga*. Cantoar/Fubra Unb. Mimeo, 2004

OLIVEIRA. Luana Pare de. *O Espaço de São Miguel dos Pretos: Arquitetura e territorialidade Africanas no Sul do Brasil*. Dissertação de mestrado, GEA/SIGA- Universidade de Brasília. 2005.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos, *Liberdade por Um Fio. História dos Quilombos no Brasil*, , Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo / Rio de Janeiro. Editora Record, 2000.

SANTOS, Milton. *Da sociedade a Paisagem, texto, curso de especialização patrimônio ambiental urbano*, FAUUSP, 1978

SANTOS, Mauricio Diogo dos. *Construção com Terra Crua: viabilidade tecnológica e energética em habitações sociais*. Tese de Mestrado, CEFET Paraná, Curitiba. 2002

SCHVASBERG, Benny. *Espaço e Cultura: equipamentos coletivos, política cultural e processos urbanos*. Dissertação de mestrado. IPUR – UFRJ, 1989

SEPPPIR – Fubra-UnB. *Levantamento Sócio Econômico e Cultural Quilombo Kalunga*. Brasília, 2004

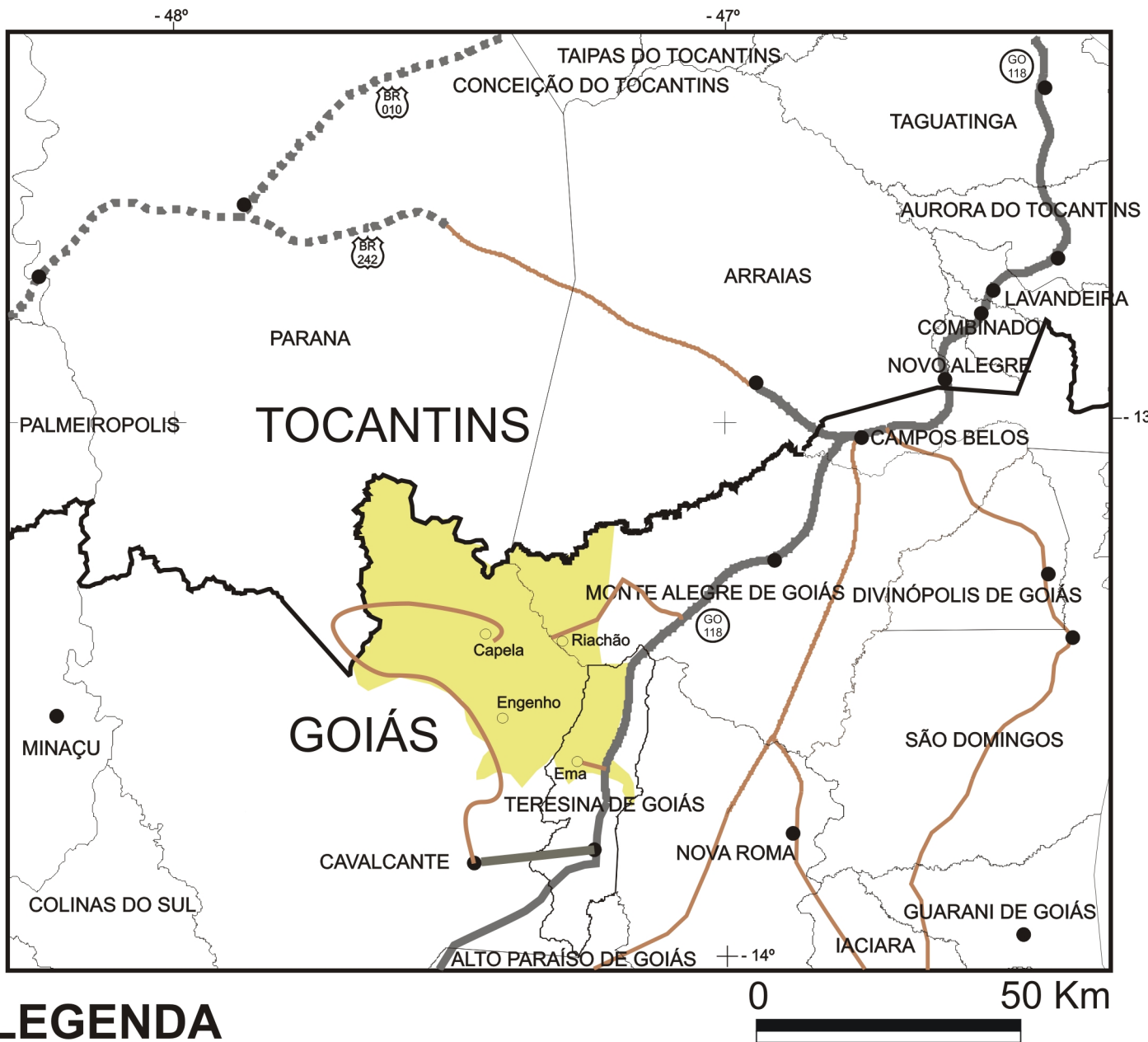
SILVA, Dimas Salustiano da. *Apontamentos para compreender a origem e propostas de regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de 1988*. In: *BOLETIM INFORMATIVO NUER*. Regulamentação de Terras de Negros no Brasil. Florianópolis: NUER / Fundação Cultural Palmares, v.1, n.1, 1997. 2 ed.

SOARES, Aldo Azevedo. *Kalunga: O Direito de Existir (Questões Antropológicas e Jurídicas Sobre Remanescentes de Quilombos)*. Fundação cultural Palmares, Brasília, 1995.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

Fig 06

PRINCIPAIS ESTRADAS E MUNICÍPIOS



LEGENDA

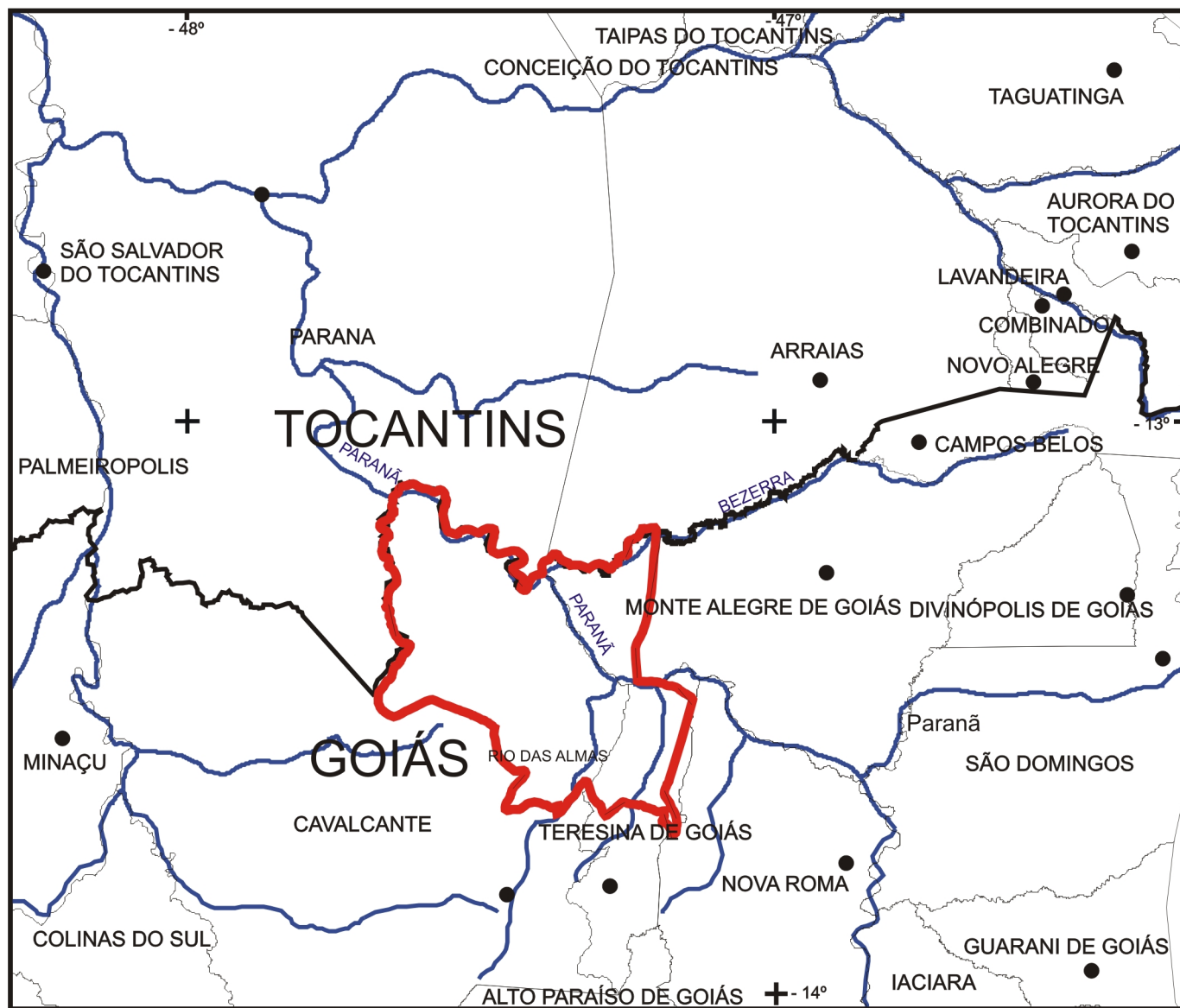
- RODOVIA PAVIMENTADA
- RODOVIA EM PAVIMENTAÇÃO
- ESTRADA DE TERRA
- Sítio Histórico Kalunga

- RODOVIA FEDERAL
- RODOVIA ESTADUAL





FONTES: ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE. RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000
MAPA RODOVIÁRIO 4 RODAS - 2004, EDITORA ABRIL

Fig. 07

HIDROGRAFIA - PRINCIPAIS RIOS



LEGENDA

-  PRINCIPAIS RIOS
-  FRONTEIRA MUNICIPAL
-  FRONTEIRA ESTADUAL
-  LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

0 50 Km

Fig.08

MAPA DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS



LEGENDA

 TOCANTINS

 PARANÃ

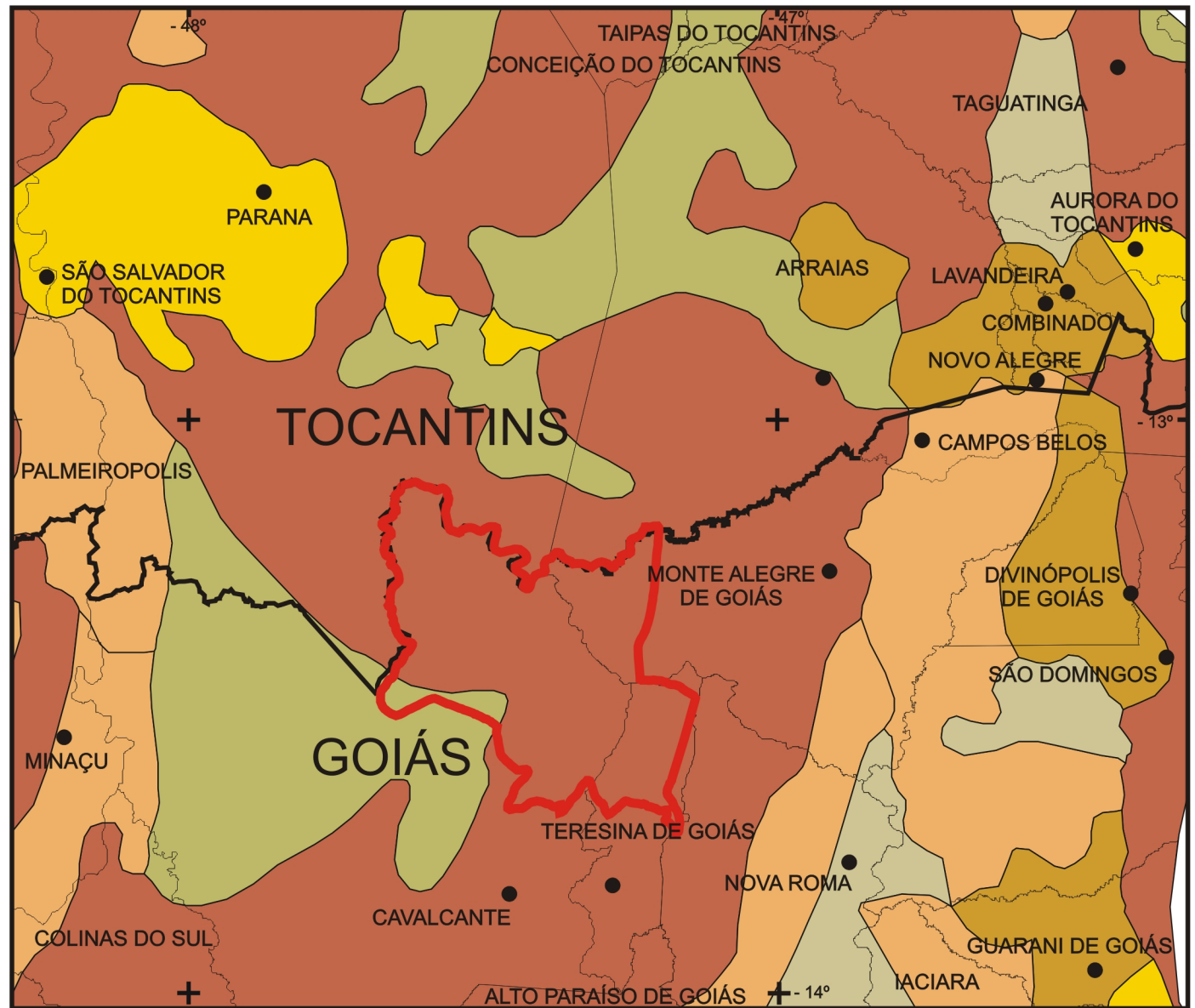
 PALMA

 LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA








FONTE: ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000
PÁGINA OFICIAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
WWW.ANA.GOV.BR

Fig.09

MAPA DA COBERTURA VEGETAL



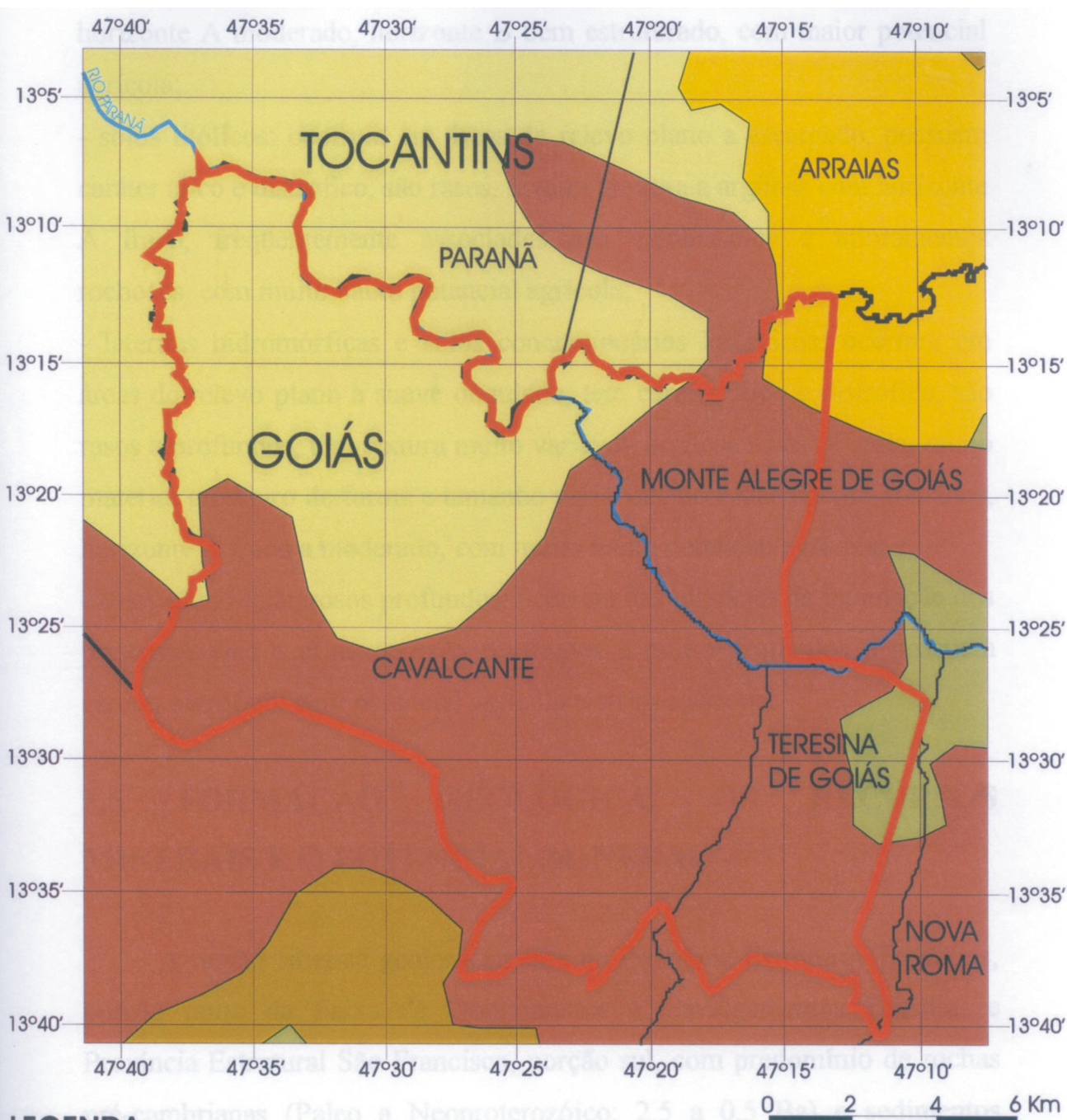
LEGENDA

-  CAMPO CERRADO
-  CERRADO
-  CERRADÃO / MATA
-  CERRADO ALTERADO
-  ATIVIDADES AGRÍCOLAS
-  UNIDADE AMBIENTAL
-  LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

Fig.10

TIPOS DE SOLO



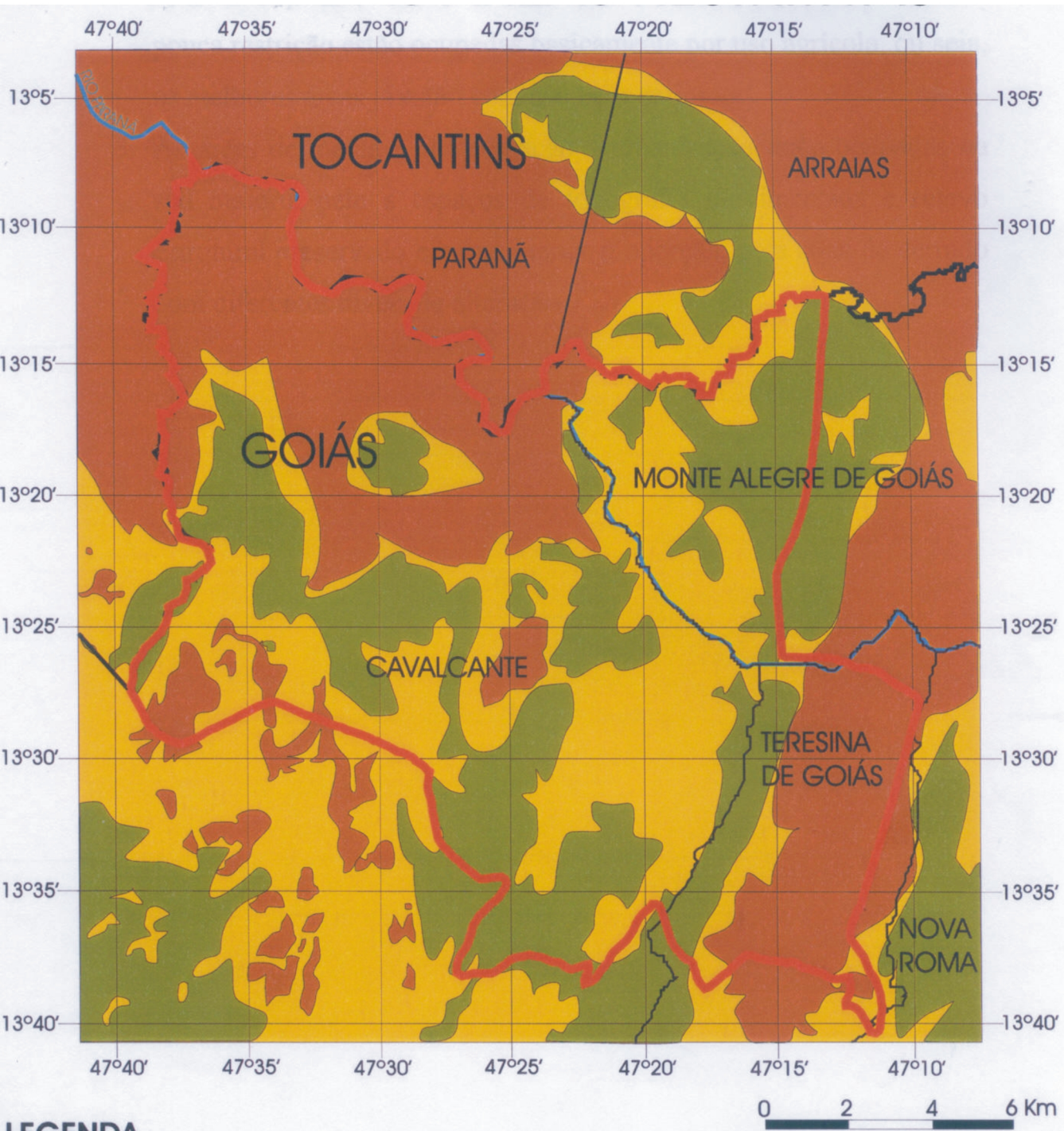
LEGENDA

-  CAMBISSOLOS
-  LATERITAS HIDROMRFOICAS
-  LATOSSOLOS
-  CONCRECIONÁRIOS LATERÍTICOS
-  SOLOS LITÓLICOS
-  SOLOS PODZÓLICOS
-  LIMITE DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA

FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAAO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000

Fig.11

ÁREAS RESTRITIVAS



LEGENDA

(*) ÁREAS RESTRITIVAS SEGUNDO O RISCO DE EROSIÃO, CONSIDERANDO A GEOLOGIA E A TOPOGRAFIA

- POUCO RESTRITIVA
- MEDIANAMENTE RESTRITIVA
- MUITO RESTRITIVA

FONTE:
ATLAS DIGITAL DO BRASIL - FUNDAÇÃO IBGE.
RIO DE JANEIRO - RJ (CD) 2000